

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS**

CAMPUS PALMAS

CURSO SUPERIOR LICENCIATURA EM LETRAS

HARYANNE XAVIER DOS SANTOS SOUSA

**IMPrensa TOCANTINENSE E AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO NA
PETROBRAS: o caso do *Jornal do Tocantins***

Palmas

2017

HARYANNE XAVIER DOS SANTOS SOUSA

**IMPrensa Tocantinense e as denúncias de corrupção na
Petrobras: o caso do *Jornal do Tocantins***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas, como exigência à obtenção do grau de licenciado em Letras.

Orientadora: Doutora Carina Aparecida Lima de Souza

Palmas

2017

Sousa, Haryanne Xavier dos Santos
Imprensa tocanrinense e denúncias de corrupção na Petrobras:
o caso do Jornal do Tocantins / Haryanne Xavier dos Santos Sousa. –
Palmas, 2017
68 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras)
– Instituto Federal de Educação do Tocantins, Campus
Palmas, 2017.

Orientador: Prof. Doutora Carina Aparecida Lima de Souza

1. Discursivos 2. Representação I. Título

À minha família – meus pais Francisco Xavier e Joana Rodrigues, meus irmãos Cynthia Xavier e Gabriel Xavier – que tanto me sustentaram em amor, oferecendo todo apoio e conselhos durante esta jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por toda força e paz oferecidas no momento de desenvolvimento deste trabalho.

A minha igreja e amigos, por todos os conselhos e conversas que tanto me acalmaram e me deram novo ânimo para prosseguir.

A minha professora orientadora, Doutora Carina Lima, por toda pressão e incentivos investidos em mim. Sua resiliência e atitude vigorosa permitiram minha total dedicação e busca pela realização de um trabalho digno da sua orientação.

A todos os meus professores, em especial, Domenico Sturiale e Sylmara Barrera, por me ensinarem não apenas a amar a literatura, mas também por me doutrinarem para a escola da vida.

Aos meus amigos de curso. Com vocês, aprendi que o melhor riso é quando se quer chorar, que toda circunstância difícil é passageira e que podemos encontrar conforto em quem menos esperamos. Um reconhecimento especial aos meus amigos Jônatas Athos, Marina Bucar e Winde Leandro. A possibilidade de conhecê-los tornou essa experiência ainda mais inesquecível.

*Ele fortalece os que estão cansados,
renova as forças dos que desistiram.
Pois até os jovens se cansam e desistem,
os jovens na flor da idade tropeçam e caem.
Mas os que esperam no Eterno renovam suas forças.
abrem as asas e voam alto como águias.
Correm e não se cansam,
andam e não ficam exaustos.
Isaías 40: 29-31*

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo realizar posicionamentos discursivo-ideológicos do Jornal do Tocantins no que se refere às denúncias de corrupção na Petrobras. A investigação dessas denúncias, designada operação Lava Jato, iniciada em 2014, expôs um enorme esquema de corrupção e lavagem de dinheiro, com envolvimento de funcionários da estatal, políticos e empresários. Com isso, a mídia brasileira, de modo geral, noticia cada etapa da investigação. No que diz respeito à imprensa tocantinense, interessa a este trabalho analisar os processos de denúncias de corrupção na Petrobras pela perspectiva de artigos de opinião do Jornal do Tocantins. No que se refere às representações, este trabalho tem como *corpus* artigos de opinião publicados no Jornal do Tocantins. Para isso, este trabalho respalda-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso Crítica (ADC), proposta por Fairclough (2001) e Resende & Ramalho (2006). A ADC busca compreender o funcionamento do discurso na esfera da prática social, no que diz respeito a relacionar a linguagem com poder e ideologia. Com isso, pretende-se identificar posicionamentos discursivo-ideológicos da imprensa tocantinense, especificamente no Jornal do Tocantins, a partir de recursos linguísticos-discursivos no que se refere às denúncias de corrupção na Petrobras.

Palavras-chave: Jornal do Tocantins, discursivos, representações, artigo de opinião.

ABSTRACT

This research aims to carry out discursive-ideological positioning of the Jornal do Tocantins regarding the denunciations of corruption in Petrobras. The investigation of these allegations, designated Lava Jato operation, was started in 2014, and exposed an enormous scheme of corruption and money laundering, involving state officials, politicians and businessmen. With this, the Brazilian media, altogether, notices every stage of the investigation. Regarding to the press from Tocantins, it is of interest to analyze the processes of reports of corruption in Petrobras from the perspective of articles of opinion of Jornal do Tocantins. Regarding to representations, this work has corpus opinion articles published in Jornal do Tocantins. For this, this work is based on the theoretical-methodological assumptions of Critical Discourse Analysis (ADC), proposed by Fairclough (2001) and Resende & Ramalho (2006). The ADC aims to understand the functioning of discourse in the social practice sphere, to relating language with power and ideology. Thereby, we intend to identify discursive-ideological positions of the press from Tocantins, specifically in the Jornal do Tocantins, from linguistic-discursive resources regarding the reports of corruption in Petrobras

Keywords: Jornal do Tocantins, discursives, representations, opinion article.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 Linguagem e Sociedade	15
2.2 A Análise do Discurso Crítica	17
2.3 Discurso e Ideologia.....	18
2.4. Gênero Discursivo e o Artigo de Opinião.....	22
2.5 Os Significados da Linguagem	25
2.5.1 O significado acional	25
2.5.2 O significado representacional	27
2.5.3 O significado identificacional	29
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	31
3.1 O tipo de pesquisa e a ética em pesquisa.....	31
3.2 A ADC como aparato teórico-metodológico	32
4. O JORNAL DO TOCANTINS EM REPRESENTAÇÕES SOBRE O ESCÂNDALO DE CORRUPÇÃO NA PETROBRAS	34
4.1 Aspectos conjunturais dos artigos de opinião	34
4.2 As representações de artigos de opinião sobre o escândalo de corrupção na Petrobras	40
4.3 As identificações em artigos de opinião no Jornal do Tocantins	60
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
7. ANEXOS	69

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como escopo principal analisar posicionamentos do Jornal do Tocantins acerca de denúncias de corrupção na Petrobras no ano de 2015 e 2016. Criado em 1979, o Jornal do Tocantins pertence ao Grupo Jaime Câmara e, na época de sua criação, foi responsável pela campanha de criação do estado mais jovem do Brasil. Faz-se o jornal mais tradicional e com o maior número de leitores na cidade de Palmas e, por isso, pode ser considerado, de certa forma, formador de opinião da população de Palmas e do Estado. Faz-se um meio de comunicação popular no Estado. Este foi o principal motivo que levou a escolha de se pesquisar o Jornal do Tocantins. Já no que se refere à operação Lava Jato, a Organização Não Governamental (ONG) Transparência Internacional* considera o caso da Petrobras como o segundo maior escândalo de corrupção do mundo. Essas denúncias de corrupção tratam do esquema de grandes empresas organizadas em cartel, que pagavam propina para executivos da Petrobras e agentes públicos, durante, pelo menos, dez anos. A investigação das denúncias iniciou em março de 2014. Em princípio, investigou-se a atuação de empresas comandadas por doleiros através do uso de terceiros para a prática de crime contra o sistema financeiro nacional. Em seguida, o Ministério Público Federal recolheu provas que revelaram um grande esquema de corrupção envolvendo a Petrobras e agentes da iniciativa privada e pública. Com isso, a escolha do tema, deste TCC, deu-se pela repercussão midiática da operação Lava Jato.

No Brasil, a mídia “popular”, como o jornal impresso, como um todo, possui papel de destaque para a divulgação de assuntos de interesse coletivo, como os de cunho político, econômico, social, sendo importante meio de acesso à informação por parte da população. Isto é, a população de um modo geral toma conhecimento, por exemplo, de denúncias de corrupção nas instituições públicas por intermédio dos meios de comunicação de massa. Dessa forma, os meios de comunicação, ao noticiarem denúncias de corrupção na Petrobras, como é o caso do Jornal do Tocantins, podem estar se posicionando acerca do assunto e,

*Transparency International. Disponível em:

https://www.transparency.org/news/pressrelease/brazil_must_continue_to_prosecute_lava_jato_corruption_cases_and_appoint_a. Acesso em: 3 mar. 2017.

consequentemente, podem estar influenciando, de certa forma, a formação de opinião da população.

Sendo assim, a imprensa brasileira, em geral, apresenta um papel importante em veicular as etapas da investigação e seus envolvidos da operação Lava Jato, pois são assuntos de interesse da sociedade brasileira. Ao veicular esse assunto na pauta do jornal de forma recorrente, o Jornal do Tocantins forma, de certa maneira, por ser o mais lido do estado, a opinião de seus leitores sobre o tema. Nessa perspectiva, surgiu o interesse em pesquisar representações do esquema de corrupção na Petrobras, materializadas no jornal do Tocantins. Interessa investigar as práticas discursivas e sociais que o Jornal do Tocantins materializa acerca do escândalo de corrupção na Petrobras.

Para tanto, a pesquisa está embasada no arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso Crítica (ADC), nos moldes de Norman Fairclough (2001, 2003), Resende e Ramalho (2006) e Ramalho e Resende (2011). A ADC busca disponibilizar recursos linguísticos e discursivos para a investigação de práticas discursivas e práticas sociais materializadas em usos de linguagens, o que interessa a esta pesquisa.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é apontar posicionamentos político-ideológicos acerca das denúncias de corrupção na Petrobras, em artigos de opinião veiculados pelo Jornal do Tocantins, no ano de 2015 ao fim do primeiro semestre de 2016. Para tanto, foram identificados os recursos linguístico-discursivos que materializam facetas do escândalo de corrupção na Petrobras e que apontam discursos constituídos em tal materialidade linguística. Depois, os discursos do Jornal do Tocantins foram interpretados no que concerne às denúncias de corrupção na Petrobras.

O estudo de publicações do Jornal do Tocantins acerca das denúncias de corrupção na Petrobras, especificamente através dos artigos de opinião, faz-se importante tanto para o desenvolvimento de pesquisas na área da Linguística e da Análise do Discurso Crítica no estado do Tocantins, quanto para refletir sobre os discursos materializados pelo jornal de maior circulação no estado do Tocantins e que apontam o posicionamento do jornal impresso de maior circulação no estado do Tocantins. Conforme é ressaltado por Ramalho e Resende (2011), o texto traz características resultantes da ação individual e social que lhe deram origem. Os

textos são vistos como discursos empíricos e estão baseados em uma visão funcionalista. Isso quer dizer que as pessoas utilizam o texto como recurso de expressão das práticas sociais. O discurso transforma e estabelece, pois, relações de poder entre as entidades coletivas envolvidas, alterando e modificando a forma como se vê o significado do mundo (FAIRCLOUGH, 2001). Com isso, o meio acadêmico e a população tocantinense, a partir dos resultados da pesquisa, poderão refletir sobre o que a imprensa do estado tem veiculado, haja vista ser importante a reflexão acerca dos posicionamentos da mídia de um modo geral, visto que é, de alguma forma, formadora de opinião.

Isso posto, este trabalho é composto por três capítulos. O primeiro capítulo trata do referencial teórico que embasa a pesquisa. O segundo capítulo configura o tipo de pesquisa desenvolvida, os aspectos metodológicos e da constituição do corpus de análise deste TCC. O terceiro capítulo abrange as análises realizadas no corpus selecionado, sendo composto por três seções. Além desses capítulos, há neste trabalho de conclusão de curso, os itens introdução, considerações finais, referências bibliográficas e anexos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo é constituído por cinco seções: a primeira seção, tratará da relação entre linguagem e sociedade. Já a segunda tratará do propósito e das características da Análise do Discurso Crítica (ADC). Por sua vez, a terceira seção apresentará os conceitos de discurso e ideologia e a relação entre eles. A próxima seção tratará da concepção de gênero discursivo nos moldes de Fairclough (2003) e de Resende & Ramalho (2006). Além disso, conceituará o gênero discursivo artigo de opinião. Por fim, a quinta seção abordará sobre os significados da linguagem, de acordo com a ADC.

2.1 Linguagem e Sociedade

Dentre as muitas concepções de estudos sobre as linguagens, Fairclough (2001), concentra seus estudos na concepção de linguagem e suas mudanças como um aspecto social e cultural. Para o teórico, a linguagem não é individual e muito menos consequência de diversas variáveis, ela apresenta uma relação dialética entre a linguagem (discurso) e a sociedade (estrutura social). Isso permite que a Análise do Discurso Crítica (ADC) conceitue a linguagem como prática social, apontando tanto para o sistema linguístico como para o contexto de situação e de cultura e suas (inter)relações.

Nessa perspectiva, a prática social “refere-se a uma entidade intermediária, que se situa entre as estruturas sociais mais fixas e as ações individuais mais flexíveis” (RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 14). Dessa forma, a ADC estuda as estruturas presentes na sociedade e na linguagem de forma que a investigação não seja focada apenas no sistema semiótico ou em eventos individualizados. A ADC não estuda a linguagem como um sistema isolado, pois a concebe como um aspecto presente em todas as áreas da vida social. Para isso, Fairclough (2001) propõe os estudos de linguagens sobre três dimensões: a dimensão textual, a dimensão discursiva e a dimensão social.

A dimensão/prática textual refere-se à descrição de textos, em termos de produção e de interpretação textual, que considera tanto o contexto de situação quanto o contexto de cultura (FAIRCLOUGH, 2001). Ao se examinar o texto, o olhar é voltado para o sentido (significado) e para a linguística (forma).

Já a prática discursiva está relacionada com os modos de produção, distribuição e consumo textual (FAIRCLOUGH, 2001). O texto é produzido de forma particular de acordo com a demanda dos contextos sociais e o consumo desses textos também é concretizado em contextos sociais diversos. A natureza do texto pode ser discursiva ou extra discursiva, sua distribuição pode ser simples ou completa.

Por sua vez, a prática social como dimensão do evento discursivo atribui ao discurso, em sua relação com a estrutura social, uma correspondência dialética (Fairclough, 2001). Essas duas dimensões são medidas pela prática discursiva e nela os processos de produção ocorrem levando em consideração fatores políticos, econômicos e institucionais particulares. A natureza da prática do discurso varia de acordo com os fatores sociais.

A linguagem entendida como prática social estabelece em seu uso uma asserção de historicidade de seu modo de ação, a linguagem está relacionada a contextos e grupos sociais, como é afirmado por Resende e Ramalho:

Entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Nisso consiste a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também constitutivo da estrutura social. Não há, portanto, uma relação externa entre linguagem e sociedade, mas uma relação interna e dialética (RESENDE & RAMALHO, 2006. p. 26, 27).

Esta relação dialética indica que a linguagem e a sociedade possuem uma relação interna. O discurso tanto molda quanto é moldado por situações, identidades e relações sociais. Portanto, o contexto da situação sobre a interpretação altera a leitura realizada, ou seja, o discurso modifica a interpretação de enunciado conforme Fairclough (2001).

Sendo assim, não se pode desvincular linguagem de sociedade e seus elementos sociais. Para Resende e Ramalho (2006), essa consideração sustenta as relações estabelecidas entre os atores sociais e as práticas em que o evento discursivo acontece. Isso permite a construção de um modelo teórico-metodológico a respeito dessas relações. Este modelo proposto por Fairclough (2001) visa reconhecer o poder social dos textos bem como superar relações de poder

assimétricas sustentadas parcialmente por esses discursos que são proferidos como universais.

Nessa perspectiva, Fairclough (2001) concebe o discurso como prática social. A prática social está relacionada à explicação, ao funcionamento e aos efeitos de textos no processo de interação social, em termos de ideologia e de hegemonia, considerando-se os elementos das outras duas dimensões textuais e discursivas. O discurso é o momento da prática social associado à linguagem, é um modo particular de representar o mundo, em termos de ideologia e poder como hegemonia e como luta hegemônica.

2.2 A Análise do Discurso Crítica

Para investigar representações sobre as denúncias de corrupção na Petrobras veiculados pelo Jornal do Tocantins, utilizaremos o arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso Crítica (ADC), nos moldes de Fairclough (2001) e Resende e Ramalho (2006; 2011), devido a essa perspectiva teórica conceber a linguagem como prática social.

A Análise do Discurso Crítica, proposta por Fairclough (2001), é uma ciência crítica que busca entender o funcionamento do discurso na prática social, principalmente no que se refere ao poder como hegemonia. A ADC se preocupa com o estudo de textos que possam ter efeitos ideológicos e também identificar a funcionalidade do texto. Um dos objetivos da ADC é mapear atores sociais ou grupos em textos que fazem parte de eventos discursivos que envolvem o poder.

Nessa perspectiva, para Ramalho e Resende (2011, p. 12), a Análise do Discurso Crítica pode ser definida como “abordagem científica interdisciplinar para estudos críticos da linguagem como prática social”. Isto é, a ADC procura analisar o funcionamento da linguagem na sociedade relacionado a poder e ideologia.

Sendo assim, faz-se uma abordagem teórico-metodológica para o estudo da linguagem nas sociedades contemporâneas que têm atraído cada vez mais pesquisadores(as), não só da Linguística Crítica, mas também das Ciências Sociais (RESENDE & RAMALHO, 2006).

A Análise do Discurso Crítica busca o ponto de interação entre o contexto social e a análise de textos. Investiga o contexto social através de análises textuais,

estando entre esses dois pontos. Por isso, é uma área da Linguística que permite o estudo da linguagem numa abordagem atrativa tanto para o campo das linguagens como para outras ciências humanas. A ADC é uma disciplina que permite a interdisciplinaridade de ciências.

Trata-se de uma proposta que, com amplo escopo de aplicação, constitui modelo teórico-metodológico aberto ao tratamento de diversas práticas na vida social, capaz de mapear relações entre os recursos linguísticos utilizados por atores sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se insere. Os conceitos centrais da disciplina são os de discurso e prática social (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 11, 12).

É uma proposta que pode ser aplicada em diversas práticas da vida social, além de ser capaz de mapear relações entre os elementos linguísticos e os atores sociais. A Análise do Discurso Crítica parte da necessidade de desvelar um problema social inserido nas relações de poder através dos discursos representados em textos. Fairclough (2001) explica o conceito de crítico de ADC com o objetivo de desvelar conexões ocultas e também provocar mudanças sociais para aqueles que se encontram em uma posição de desvantagem.

Isso posto, a Análise do Discurso Crítica se desenvolveu para analisar a linguagem a partir de aspectos da sociedade, e dedica-se a estudar o poder como controle relacionado a problemas da sociedade.

2.3 Discurso e Ideologia

Os conceitos de discurso, ideologia e poder e suas (inter)relações são basilares para o desenvolvimento da Análise do Discurso Crítica.

De acordo com Fairclough (2001), o discurso é definido como prática social, forma parte da sociedade, é um processo social de produção. Sob esse ponto de vista, o teórico aponta que os discursos constituem modos de representar e compreender aspectos do mundo a partir de perspectivas particulares, haja vista esses aspectos do mundo ('realidades') poderem ser tanto (re)produzidos, como também poderem ser transformados. De certa forma, os discursos podem ser diferenciados de acordo com a maneira que significam o mundo.

Sobre isso, Fairclough (2001) destaca o papel do discurso para a ADC:

Os discursos não apenas refletem ou apresentam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as 'constituem', diferentes discursos constituem entidades-chave (sejam elas a 'doença mental', a 'cidadania' ou

o 'letramento') de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, como médicos ou pacientes), e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise de discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22).

Os discursos, além de refletir em entidades e relações sociais, também são responsáveis por constituí-las. Discursos diferentes constituem entidades-chave de diferentes maneiras e situam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais.

Fairclough (2001) ressalta também que é importante não considerar o discurso como um determinante social e nem a concepção de discurso como uma causa do social, pois o discurso não é uma consequência de fatores sociais e muito menos gerador de circunstâncias sociais. Para não confundir o discurso possuindo essas finalidades, é importante destacar a sua relação dialética e interna. O discurso é um modo de ação sobre o mundo e a sociedade, um elemento vinculado a outros elementos.

Entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 26).

Ao se analisar a linguagem como prática social e entendê-la como um modo de ação historicamente situado, tem-se o desvelamento de discursos ao longo do tempo que expressam desigualdades sociais. Para Souza (2015), a linguagem como prática social se configura como crença, saberes e valores, pois as interações humanas permitem a percepção do mundo de uma forma comum.

Como as práticas de linguagem se constituem em práticas sociais, na medida em que o(s) sentido(s) das interações humanas é/são negociado(s) a partir de percepções comuns de mundo, as representações, de certa forma, são discursos sociais que se configuram como saberes, crenças e valores (SOUZA, 2015, p. 65).

Já a respeito da ideologia, Fairclough (2001) a apresenta como localizada nas estruturas de eventos passados e estes constituem as condições para os sentidos das palavras que são ideológicos, mas outros aspectos devem ser levados em conta. Fairclough (2001) não defende que todo discurso é ideológico. Para o teórico, a ideologia surge nas sociedades caracterizadas pela luta de classes, pelas

relações de dominação, mas isso pode ser transformado quando as pessoas transcendem a sociedade.

Já o conceito de hegemonia é proposto como o poder sobre a sociedade como um todo com uma das classes economicamente definida em conjunto com outros fatores, estabelecendo um equilíbrio instável. A hegemonia é definida como uma constante luta sobre pontos instáveis. Tal conceito de luta hegemônica permite afirmar que o processo discursivo (produção, distribuição e consumo) de textos, na luta hegemônica, contribui para a transformação do discurso e das relações sociais existentes.

Assim sendo, o discurso, ligado aos estudos da linguagem e aos progressos das ciências sociais, é tido como termo central da Análise do Discurso Crítica, permitindo o estudo da linguagem como sistema semiótico. O discurso proporciona o estudo da linguagem de forma particular, viabilizando a compreensão de determinadas estruturas da linguagem sem perder de vista a flexibilidade, o que proporciona o estudo da linguagem como prática social.

Nessa perspectiva, o discurso é visto como um momento da prática social que constitui outros elementos igualmente importantes – e que, portanto, também devem ser privilegiados na análise, pois o discurso é tanto um elemento da prática social que constitui outros elementos sociais como também é influenciado por eles, em uma relação dialética de *articulação e internalização*. Por isso, através da análise de amostras discursivas historicamente situadas, pode-se perceber a internalização de outros momentos da prática do discurso, ou seja, a interiorização de momentos como, por exemplo, relações sociais e ideologias de discurso (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 38, 39).

O discurso historicamente situado é um momento da prática social que origina outros componentes numa relação dialética de internalização e articulação como as relações sociais e as ideologias de discurso. De acordo com Ramalho & Resende (2006), o discurso permite que a linguagem seja estudada por um viés social em conjunto com outros elementos sociais, privilegiando uma análise em que este discurso é considerado como parte da prática social e um elemento constitutivo dela. Dessa maneira, a análise de um discurso historicamente situado permite a identificação e a análise de relações sociais e ideologias em identificação de eventos individuais ou um conjunto desses eventos que estabelecem a estrutura, sendo que a prática é a conexão entre esses eventos e a estrutura.

De acordo com Fairclough (2001), o discurso possui várias implicações. É considerado um modo de ação, visto como uma forma de interpretação da

linguagem. Possui ainda uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, mas é restringido por essa mesma estrutura. O discurso é prática de significação do mundo, “constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

A ideologia, por sua vez, é definida por Ramalho e Resende (2011) como:

Um instrumento semiótico de lutas de poder, ou seja, uma das formas de se assegurar temporariamente a hegemonia pela disseminação de uma representação particular de mundo como se fosse a única possível e legítima (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 25).

De acordo com essa definição, a ideologia é um instrumento de controle de poder, que serve a interesses particulares. A ideologia é o consentimento para que ocorram lutas de poder por meio dos discursos na prática social, são construções de realidade constituídas por dimensões de várias formas e sentidos. Para Fairclough (2001), a ideologia é mais bem usada quando suas ações são menos visíveis, pois as pessoas não têm consciência da ideologia embutida em suas próprias práticas.

A hegemonia enfatiza a importância da ideologia no estabelecimento e manutenção da dominação, classifica-se como relações de dominação mais baseadas no consenso que na coerção.

Para Resende & Ramalho (2006), a hegemonia e luta hegemônica, em relação às interações verbais, constituem-se como práticas discursivas. Isso ocorre na esfera do discurso, que ainda apresenta-se ‘como uma esfera da hegemonia’.

A hegemonia tem lugar na prática discursiva e nas interações verbais, isso só é possível por conta da relação existente entre linguagem e prática social. O próprio discurso é um campo de hegemonia, pois a hegemonia de um grupo é sustentada tanto pelas suas práticas como pelas suas ordens discursivas. A luta hegemônica pode ser vista como um *status* universal para determinadas representações. O domínio do poder não está relacionado ao uso da força, mas sim a um consenso. Nesses casos, a ideologia se faz útil nas lutas hegemônicas para sustentar o poder.

A ideologia é uma maneira de garantir o poder no momento do discurso em que as relações de poder se concretizam.

Por meio da observação de escolhas linguísticas feitas pelo locutor para representar o discurso do outro, é possível analisar seu grau de engajamento com o que enuncia, em sua atitude responsiva ativa, ou seja, se ele concorda, discorda ou polemiza outros atos de fala da rede de práticas sociais (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 70).

As escolhas linguísticas tomadas pelo locutor para representar o discurso do outro permitem a demonstração do comprometimento do que é enunciado, podendo haver concordância, polemização ou discordância. Dessa forma, os conceitos de discurso e ideologia estão intrinsecamente ligados, pois a ideologia se encontra nas estruturas e nas condições dos eventos.

Segundo Fairclough (2001, p. 94), “o discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas entre as quais existem relações de poder”. Os discursos, como práticas ideológicas, transformam as relações de poder e significado no mundo e por isso devem ser investigados.

2.4. Gênero Discursivo e o Artigo de Opinião

Os gêneros discursivos representam o momento discursivo em interações sociais e no decorrer desses eventos. Para Fairclough (2003), o gênero é uma das principais maneiras como o discurso ocorre nas práticas sociais. O teórico ainda aborda o discurso sobre três significados: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional.

Na perspectiva de Fairclough (2003), o gênero são aspectos discursivos específicos em práticas sociais e culturais distintas. Esses gêneros exclusivos são modificados pelas práticas sociais e pela maneira como estão articulados a elas. Cada gênero possui uma estrutura e um contexto em que é utilizado, mas o que interessa a Fairclough (2001) é como esses gêneros contribuem na relação com a estrutura social. Para isso, ele desenvolve um instrumento metodológico.

Fairclough (2003) aponta o gênero em relação a cada significado da linguagem. No significado acional, o gênero é uma representação da realidade, da experiência. O gênero é forma de articulação bem estabelecida que expressa os discursos em contextos sociais e culturais. O significado representacional aponta o gênero como forma de expressar diferentes realidades, mundos. Por fim, no significado identificacional, o gênero expressa diferentes atores sociais, os discursos manifestam identidades.

Resende & Ramalho (2006) apresentam o gênero como um aspecto discursivo de ação e interação e quando são analisados neste contexto representam os modos de interação social que ocorrem na prática social. As autoras apresentam o objetivo do texto enquanto gênero, apresentando sua atuação “na (inter)ação social e como contribui para ela em eventos sociais concretos”.

Ao se realizar a análise de um texto de determinado gênero textual, o que se busca é a identificação de como este tipo figura na (inter) ação social e como colabora em eventos sociais reais. Os gêneros são definidos de acordo com as críticas e pela maneira como as práticas sociais se articulam. Dessa forma, mudanças na prática social englobam mudanças nas maneiras da ação e interação.

O gênero discursivo está vinculado à cultura e à vida social, serve para estabelecer situações comunicativas, mas de forma alguma enrijece a criatividade do discurso.

Marcuschi (2008) afirma que o estudo do gênero tem se tornado cada vez mais multidisciplinar, pois “O trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas” (MARCUSCHI, 2008).

Sendo assim, a análise de gêneros abrange a questão do texto visto na sociedade, valoriza o discurso e o uso da língua em contextos diversos.

Marcuschi (2008) também pontua os gêneros como práticas sócio-históricas. Os gêneros possuem uma marca histórica profunda e estão vinculados à vida social e cultural. São ferramentas utilizadas na vida diária e são incontroláveis, apesar disso são definidos como manipuláveis e flexíveis. Marcuschi (2008) considera os gêneros como “atividades sociodiscursivas e formas de ação incontroláveis em qualquer situação comunicativa”.

Os gêneros são mediadores na organização das diversas atividades humanas possuindo um grau alto de representação das ações humanas em diferentes contextos discursivos.

A língua é usada de maneira particular em contextos particulares e os gêneros realizam essa diferenciação. Há convenções específicas para se atingir o propósito da comunicação. Todo gênero textual possui uma função e uma forma, seguindo um propósito distinto que lhe dá a possibilidade de circulação “Isso porque toda manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados em alguns gêneros” (MARCUSCHI, 2008). Assim, o gênero seguirá basicamente a função, pois aí está sua determinação.

Em qualquer tipo de texto sempre haverá a presença de um gênero, alguns textos só são possíveis de comunicação por meio de gênero textual.

Assim, os gêneros textuais representam uma relação sócio-histórica que também aponta para a legitimação discursiva. Quando há dominação sobre o gênero não é apenas a aquisição de uma capacidade linguística, mas domínio de um mecanismo de traquejo social.

Os gêneros são entidades estabelecidas e se comportam de formas distintas em determinados contextos sociais e domínios discursivos específicos, são propriedades dos textos empíricos e auxiliam os interlocutores. De acordo com Marcuschi (2008), “são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas” (MARCUSCHI, 2008).

Os gêneros são, assim, entidades de comunicação e sua funcionalidade está relacionada a sua organização retórica, portanto sua existência é inseparável de textos empíricos e que credibilizam valor às ações retóricas.

Os gêneros são atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício do poder. Pode-se, pois, dizer que os gêneros textuais são nossa forma de inserção, ação e controle social no dia-a-dia. (MARCUSCHI, 2008, p.161).

Os gêneros são capazes de estabelecer controle social e também diz respeito ao exercício do poder. As atividades discursivas, como têm sido apresentadas ao longo do trabalho, só ocorrem por meio de um gênero. Os gêneros possuem um caráter sócio histórico e são necessários para a comunicação.

Dentre os gêneros discursivos, o artigo de opinião é um gênero jornalístico que possui como objetivo convencer o interlocutor do posicionamento (ideológico, político) do autor através da argumentação. O gênero artigo de opinião é uma forma relativamente estável relacionada a esferas sociais e que o discurso se utiliza para materializar-se.

Isso posto, o gênero artigo de opinião é uma forma usada amplamente pela imprensa brasileira e apresenta as mesmas estruturais, isso possibilita a análise de representações em seu texto. A seção a seguir tratará dos significados que um gênero determinado e estruturado pode apresentar.

2.5 Os Significados da Linguagem

Para Fairclough (2001), o discurso se configura em modos de agir, modos de representar e modos de ser. O significado acional estuda a estrutura do gênero. O significado representacional se relaciona com os conceitos de discurso e como são representados os aspectos do mundo, estuda o significado das palavras e a discursividade. Por sua vez, o significado identificacional está relacionado aos modos de se identificar na prática social.

Isso posto, para se estudar gênero discursivo, Fairclough (2003) propõe três significados que os constituem: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional. O gênero discursivo é abordado de diferentes maneiras pelos significados da linguagem. No significado acional, o gênero discursivo é um instrumento de articulação de práticas sociais. Já no significado representacional, o gênero discursivo tem a função de retratar diferentes aspectos do mundo. Por sua vez, no significado identificacional, o gênero discursivo expressa diferentes atores sociais, está embutido de identificação.

Sendo assim, o significado acional representa a linguagem como prática social interconectada aos demais momentos da prática social, são os modos de interação social, em que o discurso tem papel importante. Por sua vez, o significado representacional está vinculado ao discurso na maneira como representa o mundo em diversos aspectos. Por fim, o significado identificacional, destaca a negociação e a construção de identidades no discurso.

2.5.1 O significado acional

O significado acional corresponde ao texto como modo de interação em eventos sociais (Fairclough, 2003). É importante porque ao se analisar um texto em termos de gênero, deve ser levado em consideração que o gênero é um modo discursivo de interação e ação ao longo da interação social. A análise do texto sobre essa ótica possibilita que ele seja visto como uma interação social realizada em interações sociais concretas. O significado acional se configura em categorias de análise. Dentre elas, há o padrão composicional, os pré-gêneros e a intertextualidade.

O padrão composicional se relaciona ao modo como o texto configura na questão social e como contribui para essa mesma interação social. O padrão

composicional é uma categoria concreta e se encarrega de identificar os gêneros específicos definidos pela prática social. Os gêneros articulam e são articulados por essa prática social, portanto, só pode suceder uma mudança de ação e interação quando essas práticas sofrem alteração ou os gêneros realizam combinações entre gêneros pré-existentes. Quando apresentam características estruturais estabelecidas, são chamados de gêneros situados. Os gêneros situados possuem estabilidade de estrutura e conteúdo, podem variar em relação a sua escala, podendo atuar em escala local ou escala global. A escala global se refere ao grande alcance de público. Há também diversidade na sua homogeneização, sendo rigorosos ou flexíveis e sofrem alteração na sua abstração. Já os gêneros situados são categorias concretas e que pertencem a uma prática específica. Geralmente um gênero situado alcança diversos pré-gêneros.

Aos pré-gêneros, é atribuído o conceito abstrato de categorias que transcendem práticas e que auxiliam na composição dos gêneros. Para Fairclough (2001), é importante que os gêneros sejam reconhecidos como um tipo de linguagem usada em diversas esferas. Os pré-gêneros correspondem às formas de organização dos gêneros. Os gêneros podem ser constituídos pela estrutura argumentação, exposição, injunção, conversação, descrição e/ou narração.

A intertextualidade, por sua vez, é uma categoria de análise muito complexa, mas diz respeito à voz do enunciado articulada com outras vozes. São elementos de um texto em outro texto, a conexão entre eles. A intertextualidade é uma voz articulada com outras vozes. Resende e Ramalho (2006) definem a intertextualidade como “a combinação da voz de quem pronuncia um enunciado com outras vozes que lhe são articuladas”.

A intertextualidade é a relação da voz no texto em conjunto com outras vozes, é a presença de outros textos no texto principal. Fairclough define a intertextualidade como as vozes de um texto mais recente em outros textos.

Para relatar um discurso, pode-se não apenas citar em discurso direto, mas também parafrasear, resumir, ecoar em discurso indireto. O discurso relatado atribui o dito a seu autor, mas a incorporação de elementos de outros textos também pode ser feita sem atribuição explícita como, por exemplo, na paráfrase. Assim, a intertextualidade cobre uma gama diversa de possibilidades (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 65).

Quando se faz o relato de um discurso, pode ser incluída a presença de elementos que, incorporados ao texto, acrescentam outras vozes. Ao se relatar um discurso por meio da paráfrase, obtém-se a voz principal do autor, mas ocorre a incorporação de outros elementos no decorrer deste processo.

A intertextualidade possibilita a abertura para a diferença, para probabilidade de outras vozes presentes no texto, enquanto a pressuposição constitui o fechamento dessa possibilidade.

Assim sendo, as categorias apresentadas, aqui, serão empregadas nas análises realizadas no *corpus* deste trabalho. A próxima seção tratará do significado representacional e suas categorias de análise.

2.5.2 O significado representacional

O significado representacional, relacionado ao conceito de discurso, está ligado às formas de representação do mundo. Diferentes discursos sugerem diferentes perspectivas e reações que são estabelecidas entre si.

As relações estabelecidas entre diferentes discursos podem ser de diversos tipos, a exemplo das relações estabelecidas entre as pessoas – discursos podem complementar-se ou podem competir um com o outro, em relações de dominação –, porque os discursos constituem parte do recurso utilizado por atores sociais para se relacionarem, cooperando, competindo, dominando (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 71).

Assim como as variações que ocorrem com o gênero, o discurso também possui relação de cooperação, competição e dominação entre si. Isso ocasiona maiores possibilidades de representações e estas representações são úteis para a identificação de ideologias presentes em textos e interações sociais. Da mesma forma que são representados diferentes mundos concretos, diferentes realidades também são representadas. Determinados textos podem falar sobre um mesmo aspecto do mundo, mas representar diferentes discursos. Por representar diversos aspectos do modo como as pessoas representam o mundo, essas relações entre diferentes discursos ocorrem por conta da interdiscursividade. Desse modo, há variação de estabilidade e escala no discursos, pois “em contextos sócio-históricos definidos, apresentam um alto grau de compartilhamento e repetição, podendo gerar muitas representações e participar de diferentes tipos de texto” (RESENDE & RAMALHO, 2006).

Os discursos possuem uma variação de estabilidade e escala, assim como os gêneros. Discursos que dispõem de contexto social e histórico, apresentam grau elevado de compartilhamento e repetição e isso possibilita a geração de diversas representações e a atuação em tipos de texto distintos.

Para tanto, algumas das categorias de análise do significado representacional, propostas por Fairclough (2003), são a interdiscursividade e o significado das palavras.

A respeito da interdiscursividade, a representação dos discursos pode variar quando se propõe a questão da localização, podendo ela ser mais localizada ou global. A interdiscursividade se refere ao modo como os discursos são articulados. Assim, um texto apresenta diferentes discursos “e a articulação da diferença entre eles pode realizar-se de muitas maneiras, variando entre a cooperação e a competição” (RESENDE & RAMALHO, 2006).

Um texto, além de poder conter diferentes pré-gêneros, como ocorre no significado acional, pode conter diferentes discursos. Isso acaba causando uma disputa entre os discursos que serve para esclarecer qual destes pode ser protagonista/antagonista.

Nessa perspectiva, surge uma heterogeneidade de discursos. Essa heterogeneidade é nomeada como interdiscursividade e “relaciona-se à identificação dos discursos articulados e da maneira como são articulados” (RESENDE & RAMALHO, 2006).

Um aspecto do mundo pode ser articulado por um texto através de diferentes discursos. Essa heterogeneidade é chamada de interdiscursividade. A representação diversificada ocorre através do uso de traços linguísticos, o mais comum é o vocabulário.

Outra e importante categoria de análise do significado representacional é o significado de palavras. Resende & Ramalho (2006) afirmam que o sentido das palavras aponta para lutas mais amplas e a associação de sentidos presente em um texto é uma forma de hegemonia. As autoras dão aos significados das palavras e a lexicalização de significados o conceito de “variáveis socialmente construídas e socialmente contestadas”, ou seja, não são construções individuais. Além disso, muitos significados potenciais são instáveis, pois ocorrem lutas entre atribuições de

significado e essas divergências semânticas causam conflitos ideológicos, porque os significados podem ser política e ideologicamente investidos.

Assim, as categorias de interdiscursividade e significado de palavras possibilitam a identificação de posicionamentos discursivo-ideológicos, pois seus pressupostos atendem essa demanda e embasarão a análise dos dados neste estudo. Já a próxima seção tratará do significado identificacional e suas categorias de análise.

2.5.3 O significado identificacional

O significado identificacional refere-se ao conceito de estilo, proposto por Fairclough (2003), e é assinalado como processo dialético em que os discursos são embutidos de identidade. Fairclough (2003) defende que a significação identificacional seja um processo dialético em que os discursos impõem identidades. Esta significação é assim apontada porque o estilo se relaciona a identificação de atores sociais nos textos.

E por meio da representação que identidade e diferença ligam-se a sistemas de poder; questionar identidades e diferenças é, então, questionar os sistemas legitimados que lhes servem de suporte na atribuição de sentido. Note que essa observação ilustra a dialética entre os significados acional, representacional e ideacional (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 77).

Identidade e diferença são conceitos relacionados à como a sociedade lida com classificação, assinalando para questões de dominação e atribuição de valores. Questionar a identidade e a diferença é questionar os processos que legitimam o suporte que atribui significado.

Sendo assim, o significado identificacional também é constituído por categorias de análise relacionadas ao processo de identificação. Interessam, aqui, a avaliação e a modalidade. Elas tratam do que se considera desejável ou indesejável e graus de probabilidade e frequência, respectivamente.

A categoria avaliação inclui avaliações afirmativas e as presunções valorativas (RESENDE & RAMALHO, 2006). As avaliações afirmativas dizem respeito ao que é desejável ou indesejável, relevante ou irrelevante. Já as presunções valorativas representam valores que não estão nitidamente visíveis na avaliação, estão mais profundamente inseridos no texto. Dessa maneira, identificar o

que está sendo dito por um texto depende não só do que está explícito no texto, mas também de construções que estão presumidas.

A categoria modalidade, por sua vez, refere-se a questões de frequência e probabilidade. Fairclough (2003) relaciona modalidade ao grau de comprometimento das pessoas ao fazerem afirmações, perguntas ou ofertas. O teórico também sugere uma modalidade que inclui as asserções e negações absolutas. A importância do estudo da modalidade se destaca pelo fato de ela estar ligada ao autor e o seu modo de representação através dos textos. Ademais, o processo de identificação é sempre afetado pelo processo de relação social, ou seja, o processo de escolhas da modalidade resulta implicações na ação e na representação, o que gera um aspecto dialético entre os três significados.

Isso posto, a distinção entre os três significados da linguagem objetiva a análise, mas não exclui a fluidez entre eles. Os discursos ocorrem por meio dos gêneros e são marcados pelo estilo, ações e identidades que são a representação do discurso. Como o objetivo do trabalho é analisar posicionamentos discursivo-ideológicos da imprensa tocantinense no que concerne às denúncias de corrupção na Petrobrás, a ADC faz-se adequada para fundamentação teórica da pesquisa, visto que foca na mudança social a partir da mudança discursiva. O uso dessa teoria linguístico-discursiva se justifica pela necessidade de oferecer suporte a estudos científicos por meio de uma crítica situada em problemas relacionados ao poder como controle (RESENDE & RAMALHO, 2011). Dessa forma, a necessidade de estudar o discurso como um recurso em que se estabelece ou não a linguagem como formas de dominação será suprida.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tratará dos apontamentos metodológicos que embasaram a pesquisa. É composto por duas seções. A primeira se refere à descrição do tipo de pesquisa que aqui se realiza. A segunda seção aborda aspectos da Análise do Discurso Crítica que justificam seu uso como arcabouço teórico-metodológico da pesquisa. Para tanto, o corpus desta pesquisa é composto por artigos de opinião presentes na plataforma online do Jornal do Tocantins. Esses textos compreendem o início do ano de 2015 até o fim do primeiro semestre de 2016, com um total de trinta (30) artigos de opinião analisados. Porém, para a exemplificação do *corpus* analisado neste trabalho de conclusão de curso, utilizamos um texto de cada autor, totalizando aqui, excertos de dez (10) artigos de opinião, uma vez que um mesmo autor escreveu mais de um artigo de opinião com os mesmos posicionamentos político-ideológicos. Com isso, há mais de um artigo de opinião do mesmo autor, trazendo os mesmos posicionamentos.

3.1 O tipo de pesquisa e a ética em pesquisa

Esta pesquisa se concentra no estudo de caso particular, ou seja, realiza-se uma coleta de dados e uma análise posterior com o objetivo de analisar posicionamentos político-ideológicos materializados no Jornal do Tocantins através de artigos de opinião publicados, acerca de denúncias de corrupção na Petrobras.

A partir disso, a natureza da presente pesquisa é de cunho qualitativo, descritivo e interpretativo, haja vista possuir como objeto de pesquisa as construções de sentido do Jornal do Tocantins acerca das denúncias de corrupção na Petrobrás. A pesquisa qualitativa, de acordo com Motta-Roth e Hendges (2010, p. 113), “possui como características as múltiplas construções da realidade, especificidade no contexto, interpretação do fenômeno observado a partir de vários ângulos e observação continuada”. Sendo assim, este estudo propõe interpretação de uma realidade social e se concentra nas subjetividades do objeto analisado e suas particularidades.

Além disso, toda pesquisa deve ser desenvolvida a partir de certos padrões éticos, sendo estes: valor científico, conduta irresponsável como plágio, falsificação e mentira. De acordo com Peter Spink (2012, p. 38), “a tarefa primária da pesquisa científica é produzir conhecimento”. Faz-se de responsabilidade do

pesquisador possuir conhecimento teórico e prático que contribuam para o desenvolvimento da pesquisa, observando sempre a relação entre riscos e benefícios, individuais ou coletivos, comprometendo-se em buscar os maiores benefícios e o mínimo de riscos. Esta pesquisa, por sua vez, também focaliza a ética através do rigor científico submetido a seu aparato teórico-metodológico, bem como através do tratamento do *corpus*.

3.2 A ADC como aparato teórico-metodológico

Os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso Crítica (ADC), de acordo com Fairclough (2001, 2003) e de acordo com Resende e Ramalho (2006) e Ramalho e Resende (2011) embasam esta pesquisa. Para a ADC propor o estudo das interações sociais a partir da análise de textos, a partir do estudo sociológico e linguístico de textos. Nesse sentido, a ADC apresenta como escopo principal a mudança social a partir da mudança discursiva. O discurso como prática social estabelece, mantém e transforma as relações poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder (FAIRCLOUGH, 2003). Com isso, os postulados da ADC vão ao encontro à proposta de estudo, pois o arcabouço teórico do autor selecionado se compromete a dar as respostas que este trabalho procura. Essa teoria também se faz necessária pela necessidade de aplicação de uma teoria que foque em problemas relacionados a poder como controle, embasando teoricamente o que concerna à Linguística e a questões sociais necessárias para a realização deste trabalho.

Para tanto, os dados da pesquisa serão analisados a partir dos três significados da linguagem: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional, já explicitados anteriormente. A análise desses três significados proporcionará o cumprimento do objetivo desta pesquisa, que é identificar posicionamentos do Jornal do Tocantins em relação às denúncias de corrupção na Petrobras.

Sendo assim, a análise será desenvolvida por meio de categorias de análise de cada um dos significados da linguagem, propostos por Fairclough (2003). A respeito do significado acional, utilizaremos as categorias padronização composicional, pré-gêneros e a intertextualidade. Do significado representacional,

usaremos o significado das palavras e a interdiscursividade. Por fim, do significado identificacional, disporemos da avaliação e da modalidade.

4. O JORNAL DO TOCANTINS EM REPRESENTAÇÕES SOBRE O ESCÂNDALO DE CORRUPÇÃO NA PETROBRAS

Este capítulo é constituído pelas análises de 10 (dez) artigos de opinião de autores diferentes, publicados no Jornal do Tocantins. Todos os artigos abordam denúncias de corrupção na Petrobras. A primeira seção aborda a análise dos artigos a partir do significado acional e suas categorias de análise. A segunda seção propõe a análise de representações do Jornal do Tocantins acerca do escândalo de corrupção na Petrobras a partir do significado representacional. Já a terceira seção trata de identificações do jornal sobre o mesmo assunto.

4.1 Aspectos conjunturais dos artigos de opinião

O significado acional relaciona-se ao texto como modos de interação em eventos sociais, modos de ação com os outros e sobre eles. Para tanto, apresenta como categorias de análise: a estrutura composicional, pré-gêneros e intertextualidade. A estrutura composicional trata da estabilidade do gênero. Já os pré-gêneros são classificados como categorias que auxiliam na composição dos gêneros situados, podendo ser apresentados como argumentação, exposição, narração, descrição, injunção e conversação. Já a intertextualidade diz respeito à presença de vozes que constituem os gêneros.

Quanto ao padrão composicional, os trinta (30) artigos de opinião analisados apresentam padronização estrutural, devido a esse gênero apresentar estabilidade de estruturação de composição. A estabilidade do gênero artigo de opinião é constituída por características estruturais recorrentes, o que possibilita uma estabilidade relativa em relação a seu estilo e discurso na sociedade brasileira que o usa, especificamente no caso da mídia jornal impresso. O artigo de opinião também possui padrões composicionais relativamente rigorosos, ou seja, há semelhança estrutural entre eles. Além disso, o fato de os artigos de opinião do corpus terem sido publicados pela mesma fonte – Jornal do Tocantins – confere a eles o mesmo padrão editorial. Também, dos trinta (30) artigos, um mesmo autor escreveu vários deles, imprimindo-lhes mesma estrutura composicional. Ainda o gênero artigo de opinião atua em escala global no caso do Jornal do Tocantins por ser o jornal impresso mais lido no estado.

O excerto (1) refere-se ao artigo de opinião *A hora é de corte*, escrito por Gaudêncio Torquato, em março de 2015. Este artigo aborda as denúncias de corrupção na Petrobras e como as investigações têm afetado a imagem do Brasil, sugerindo atitudes que podem auxiliar a boa relação entre os poderes no intuito de conduzir o processo da melhor forma.

- (1) Zaratustra, o protagonista que Nietzsche criou para dar unidade moral ao cosmo, vivia angustiado à procura de novos caminhos, novas falas, novos desafios. Em seu solilóquio, recitava: “Não quer mais, o meu espírito, caminhar com solas gastas.” Decifrador de enigmas, arrumou a receita para as grandes aflições: “Juntar e compor em unidade o que é fragmento, redimir os passados e transformar o que foi naquilo que poderá vir a ser” (TORQUATO, 04/03/2015)

O excerto (1) se mostra como um gênero situado porque é utilizado de forma ampla pela sociedade brasileira com as mesmas características estruturais.

O fragmento (2) refere-se ao artigo de opinião de Carlo Alberto Di Franco, *Bravatas da jararaca*, em que ele aborda a instabilidade do governo de Dilma bem como o declínio do Partido dos Trabalhadores, o PT.

- (2) Escrevo este artigo antes das manifestações marcadas para hoje, dia 13 de março. Espero que tenham sido pacíficas, e não contaminadas por grupos interessados em semear violência para aprisionar os sentimentos da sociedade e inibir protestos democráticos legítimos. O que quer que tenha acontecido, caro leitor, ninguém conseguirá silenciar o grito de indignação do brasileiro honrado e trabalhador, mas profundamente revoltado com a gangue mafiosa que tomou conta do Estado brasileiro (DI FRANCO, 13/03/2016).

O fragmento (2) apresenta estrutura composicional estável, pois apresenta forma contínua e mesmas características estruturais.

O excerto (3) refere-se ao artigo *Catilinárias*, escrito por Célio Pezza, em que o autor aborda a operação iniciada pelo Ministério Público de busca e apreensão na residência de diversos parlamentares.

- (3) A Polícia Federal, junto com o Ministério Público, deu início, no dia 15 de dezembro, à Operação Catilinárias, para cumprir mandatos de busca e apreensão expedidos pelo Supremo Tribunal Federal referentes a processos instaurados em continuação à Operação Lava Jato sobre a corrupção na Petrobras (PEZZA, 24/12/2015).

No que se refere à padronização composicional, o excerto (3) possui estrutura estável, bem como estrutura constante e forma contínua.

O seguimento (4), do artigo *Golpe ou impeachment*, escrito por André Marques, apresenta justificações legais para a não aprovação do processo de

impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Escrito por André Marques, o artigo expõe as incongruências legais para a aprovação do processo de impedimento da presidente.

(4) Nas últimas semanas vivemos sob diversas maneiras acerca de um possível impeachment. Diante disso indagamos: A presidente Dilma Rousseff pode sofrer uma proposta de impeachment? Provável é que se vivêssemos em um país parlamentarista a presidente fosse primeira ministra, já teria caído. Mas, no presidencialismo, aqui no Brasil não é assim (MARQUES, 24/02/2015).

O excerto (4) se confirma como gênero artigo de opinião por apresentar forma contínua em relação às denúncias de corrupção na Petrobras, assim como a apresentação de uma estrutura estável e classificação do gênero como situado.

Entre os pré-gêneros, há o predomínio do pré-gênero argumentação nos artigos de opinião analisados. Os textos apresentam argumentos para defenderem posicionamentos junto a assuntos de interesse coletivo na sociedade brasileira. No artigo de opinião, a característica mais marcante desta categoria é a argumentação.

O excerto (5) refere-se ao artigo *Cerveró arranha a espinha dorsal do governo*, escrito por Amadeu Garrido de Paula, em que o autor aborda as delações premiadas de Nestor Cerveró.

(5) Não ficou por aí, nesse lodaçal específico da Petrobrás, as diatribes do ex-presidente. Segundo o delator, para obstar a explosiva comissão parlamentar de inquérito sobre a Petrobrás, Lula removeu da empresa e realocou no Senado José Eduardo Dutra, falecido em 2015, de transição fácil entre os parlamentares, personagem adequada aos acordos, a exemplo de Delcídio Amaral (DE PAULA, 16/01/2015).

No fragmento (5), o autor argumenta conhecimentos, como a manobra de Lula no Senado para conseguir acordos de interesse particular. Isso possibilita a construção do argumento do autor e a insistência de seu posicionamento que é contrário ao esquema de corrupção na Petrobras.

O excerto (6) refere-se ao artigo de opinião de Zacarias Martins, *Chega do jeitinho brasileiro*, em que o autor trata do trabalho realizado pela imprensa em relação às denúncias de corrupção na Petrobras e como a corrupção está presente em todas as esferas da sociedade brasileira.

(6) Constata-se, infelizmente, que a corrupção está entranhada na cultura brasileira. Ela se tornou tão presente no nosso dia a dia, que muitas vezes a praticamos sem perceber (MARTINS, 01/05/2015).

Como o objetivo do pré-gênero é alcançar o gênero situado através da composição, o excerto (6) demonstra uma das características que definem o artigo de opinião, a argumentação, que auxilia na exposição do ponto de vista do autor.

O fragmento (7), do artigo *Dilma vive seu inferno astral*, escrito por Abraão Lima, corresponde à oscilação da economia e como ela tem abalado o governo de Dilma, além do processo de denúncias de corrupção na Petrobras.

(7) Tudo o que se esperava era um nome técnico, limpo, para por fim a corrupção que sugou quase US\$ 90 bilhões do caixa da petroleira. Mas Dilma preferiu Aldemir Bendine, ligado ao PT, cuja maior missão será blindar o governo politicamente. Bendine chega ao posto no pior momento da história da Petrobras, com seu valor de mercado significativamente reduzido. Veio para evitar que as investigações respinguem o mínimo possível no governo. Técnicos do Banco Central do Brasil estão vasculhando, com lupa, os empréstimos concedidos pelo sistema financeiro às construtoras pegadas na Operação Lava-Jato. Há o temor de que a onda de quebra de dessas empresas leve junto uma série de bancos. Vários analistas veem no horizonte a possibilidade de risco sistêmico. As empreiteiras devem pelo menos R\$ 141 bilhões às instituições financeiras (LIMA, 12/028/2015).

No excerto (7) o autor realiza exposição de dados, como a quantidade dinheiro desviado dos caixas da Petrobras, no caso, os *US\$ 90 bilhões* e *R\$ 141 bilhões*. Essas informações possibilitam a estruturação de seu argumento, essa exposição configura como pré-gênero.

O fragmento (8), do artigo *Sob o signo de mercúrio*, escrito por Dora Kramer, apresenta a presidente Dilma como uma governante guiada por suas oscilações de humor e vontades pessoais em suas tomadas de decisão.

(8) Segundo consta, Dilma considerou os números “descabidos”, “mal calculados” e, por isso, não deveriam ser dados a conhecer. De onde, talvez, a decisão de substituir Graça Foster. Algumas coisas não combinam nessa história: se houve erro de cálculo, não seria o caso de corrigir e divulgar o número correto? Quem deu o respaldo para a divulgação? Ou não houve respaldo? Se não houve, ocorreu evidente descontrole de informação e, por consequência, de administração, de governança (KRAMER, 04/02/2015).

O excerto (8) possui características que distinguem os textos selecionados também como gênero artigo de opinião. É típico dessa tipologia fazer uso de perguntas não para questionar o leitor, mas para enfatizar seu argumento. O que permite afirmar isso são as seguintes perguntas: *se houve erro de calculo, não seria o caso de corrigir e divulgar o número correto? Além de Quem deu o respaldo para a divulgação? Ou não houve respaldo?* As perguntas apontam as atitudes

contraditórias da presidente Dilma em relação à substituição de Graça Foster, para a autora, caberiam outras medidas nesse tipo de situação. As decisões tomadas por Dilma são consequência da exposição que a corrupção na Petrobras recebeu depois do início da operação Lava Jato.

O fragmento (9), do artigo *Golpe ou impeachment*, de André Marques, apresenta a argumentação do autor, ao defender uma posição contrária ao processo de impeachment.

(9) Registra-se que em nosso presidencialismo, dizer uma coisa na campanha eleitoral e fazer o oposto no poder não é motivo para se abrir um processo de impeachment e muito menos imperícia administrativa. A incompetência, muito menos. Quando muito, podem gerar controvérsias, impopularidade e afins. Já a negligência, quando comprovada, a conversa é outra (MARQUES, 24/02/2015).

O fragmento (9) não deixa de se manifestar em relação ao desagrado com algumas decisões do governo, mostrando posicionamento pessoal e caracterizando as distinções que compõem o gênero. Nota-se o uso do pré-gênero argumentação no trecho *Registra-se que em nosso presidencialismo, dizer uma coisa na campanha eleitoral e fazer o oposto no poder não é motivo para se abrir um processo de impeachment e muito menos imperícia administrativa*. Comprova-se uso do pré-gênero, pois o autor argumenta contra o processo de impeachment pela inexistência de justificativas legais.

Já a categoria intertextualidade trata da combinação de quem pronuncia o enunciado em conjunto com outras vozes que lhes são articuladas (RESENDE & RAMALHO, 2006). O excerto (10), trecho do artigo *Impeachment à luz da lei*, de Ataídes de Oliveira, apresenta o processo de impeachment como remédio para os crimes constitucionais cometidos por Dilma. O excerto (10) aponta a existência de intertextualidade.

(10) As pedaladas fiscais, por sua vez, ferem abertamente a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei 101 de 2000 –, que proíbe expressamente “operação de crédito entre instituição financeira estatal e o ente da federação que a controle na qualidade de beneficiário do empréstimo”. Mais: pelo art. 11, item III da Lei 1.079 de 1950, é crime de responsabilidade “contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou efetuar operação de crédito sem autorização legal” (OLIVEIRA, 28/04/2016).

A intertextualidade, no trecho (10), concretiza-se por meio da exposição do autor de leis que categorizam situações em que ocorrem transgressões

causadoras do impeachment. A voz institucional se faz presente por meio de citação da Constituição Federal com menção das leis de 2000 e 1950. Estas informações embasam e credibilizam que sustentam posicionamentos do Jornal do Tocantins sobre o processo de corrupção na Petrobras.

No fragmento (11), do artigo *Reforma de iniciativa popular*, de Marcos Cintra, há apresentação da proposta de uma iniciativa popular para que ocorra uma reforma política, decorrente dos desdobramentos da operação Lava Jato.

(11) Em relação aos movimentos que clamam pela reforma política com ênfase no financiamento de campanha cabe chamar a atenção para o fato de que esse é apenas um aspecto. O país precisa de um projeto amplo que envolva também o voto distrital, a limitação da remuneração dos ocupantes de cargos eletivos, a abertura automática dos sigilos fiscal e bancário de candidatos, a proibição de indicações políticas para cargos no governo e em estatais e a vedação de reeleição no Executivo e no Legislativo (CINTRA, 23/04/2015).

O excerto materializa outras duas vozes recorrentes nos artigos analisados. No fragmento acima, estão presentes duas vozes. Há a voz de parte da população brasileira que integra movimentos que clamam pela reforma política em relação a financiamentos de campanhas políticas: *Em relação aos movimentos que clamam pela reforma política com ênfase no financiamento de campanha cabe chamar a atenção para o fato de que esse é apenas um aspecto*. Também há a voz que indica uma reforma política de proporções maiores: *o país precisa de um projeto amplo que envolva também o voto distrital*.

O excerto (12), do artigo *A hora é de corte*, de Gaudêncio Torquato, apresenta a imagem construída pelo Brasil depois de tantas denúncias de corrupção e a necessidade da boa relação que deve existir entre os poderes, possibilitando o seguimento do processo de investigação.

(12) Ao Ministério Público, cabe a missão de defender a sociedade e investigar os desmandos de pessoas físicas e jurídicas. Que cumpram sua missão sem estardalhaço. Precisamos de um Judiciário recatado, com juízes menos falantes e comprometidos com o escopo da justiça. O Estado-Espetáculo tem aberto suas comportas nos espaços nacionais, fabricando espelhos de narciso para a autocontemplação de autoridades que costumam trocar a liturgia do poder pelo desfile na avenida (TORQUATO, 04/03/2015).

A respeito do fragmento (12), o processo de investigação e julgamento de corrupção na Petrobras deve seguir um parâmetro que não exalte autoridades envolvidas. Pode-se notar a presença dessa voz no trecho *Precisamos de um*

Judiciário recatado, com juízes menos falantes e comprometidos com o escopo da justiça.

Isso posto, a análise do significado acional pontuou a recorrência de estrutura relativamente estável, identificada como gênero artigo de opinião. Por meio da análise da categoria padronização composicional, identificou-se aspectos que apresentaram particularidades que permitem que o gênero seja usado em domínios particulares. A análise também permitiu a distinção de vozes presentes nos artigos de opinião. Essas vozes concebem o caso de corrupção na Petrobras como um esquema que possibilitou o desfalque de milhões de reais e prejudicou a política, a economia e a sociedade brasileira.

4.2 As representações de artigos de opinião sobre o escândalo de corrupção na Petrobras

Esta seção tratará da identificação de recursos linguístico-discursivos nos artigos de opinião do Jornal do Tocantins e análise que possibilite o reconhecimento de termos que representem posicionamentos discursivo-ideológicos do jornal.

O significado representacional diz respeito a como o discurso se relaciona com as pessoas e representa o mundo em diversos aspectos (FAIRCLOUGH, 2003). Diferentes discursos sugerem diferentes perspectivas e reações que são estabelecidas aqui. Para isso, apresenta, dentre as categorias de análise, o significado das palavras e a interdiscursividade. O significado das palavras aponta para lutas mais amplas e a associação de sentido presente num texto, é uma forma de hegemonia. Enquanto a interdiscursividade representa a articulação de aspectos do mundo em um texto através de diferentes discursos.

No excerto (13), algumas palavras funcionam como instrumento para explicitar o cenário político do Brasil.

(13) A imagem do **controvertido** filósofo alemão, na fábula em que apresenta o famoso conceito de eterno retorno, cai como uma luva no atual ciclo de nossa democracia **representativa**, hoje assolada por uma **avalanche de críticas e denúncias**. A analogia aponta para a **inexorável** alternativa que resta à base parlamentar: compor **novos** arranjos para a **orquestra institucional**, construir uma ponte para o futuro, reencontrar-se com as massas e resgatar a esperança perdida. Deputados e senadores estão também no **fundo do poço da descrença** (TORQUATO, 04/03/2015).

Sobre os significados das palavras, o excerto (13) apresenta divulgação do cenário político como uma imensa delegacia e a descrença da sociedade na instituição política. A palavra *controvertido* possui dois significados: de algo que se é muito discutido e de algo que é controverso (HOUAISS, 2010). Ela representa a imagem da democracia brasileira. Já a palavra *representativa* significa o poder dado a outro para representar uma classe, significa a aqueles que foram eleitos e são a imagem da democracia. Isso representa o ciclo de corrupção que transcorre de forma contínua e que, mesmo com intervenções políticas que visem à investigação e punição, não sofrem alterações. Assim, o jornal se posiciona de forma contrária a toda corrupção e a favor das investigações.

Já a expressão *avalanche de críticas* sugere inúmeras críticas a que representa como a democracia vem sendo condenada pela maneira como é apresentada (HOUAISS, 2010). O termo *denúncia* significa delação de algo ilegal. Já o termo *inexorável*, algo que não pode ser amenizado, representa a necessidade premente de uma nova composição parlamentar que solucione as problemáticas decorrentes de tanta exposição de corrupção. Neste caso, o jornal se posiciona contra as denúncias de corrupção na Petrobras e favorável a uma nova composição de novos parlamentares, pois as denúncias e investigações permitiram a integridade de poucos políticos.

A palavra *novos* sugere algo inédito e representa novas fórmulas de se lidar com as circunstâncias da política nacional. O termo *orquestra institucional* significa um conjunto de parlamentares que sejam capazes de adaptar às novas realidades da democracia brasileira. Já a expressão *fundo do poço da descrença* significa o lugar mais baixo no descrédito de alguém ou de um grupo, representa a população extremamente insatisfeita com a atuação dos deputados e senadores, além da desconfiança por se saber ou desconfiar do envolvimento de vários deles no caso de corrupção da Petrobras.

No que diz respeito à interdiscursividade, o excerto (13) também apresenta o discurso filosófico ao apontar as semelhanças entre o filósofo alemão e a situação da democracia brasileira. Há o discurso que apresenta a democracia representativa desgastada, necessitada de reformulação que a conecte com as massas.

O posicionamento do jornal, de acordo com esses significados, é favorável a uma nova composição política que permita o resgate da imagem da política brasileira. Apresenta o governo atuante durante este processo de investigação como participante do sistema e, como consequência, alvo das críticas populares e da descrença.

O fragmento (14), parte do artigo *Bravatas da jararaca*, do autor Carlos Alberto Di Franco, aborda as consequências da operação Aletheia, que serviram para apresentar o ex-presidente Lula como estimulador da violência e debochador das instituições.

(14) A sociedade precisa estar **atenta**. Vivemos um momento **perigoso**. Os **assaltantes do dinheiro público** e os **estrategistas do projeto de perpetuação do poder**, **fortemente** atingidos pela solidez das nossas instituições democráticas, **não soltarão o osso com facilidade**. Farão **o diabo** para não **perder a boquinha**. O País está **radicalizado** graças à luta de classes tupiniquim do “nós contra eles” (DI FRANCO, 13/03/2016).

No fragmento (14), o termo *atenta* sugere estar vigilante a respeito de algo e também representa uma sociedade que despertar para o tempo presente. Já o termo *perigoso* é usado com sentido arriscado e representa a circunstância em que se encontra o Brasil, pois atitudes inadequadas causam consequências desastrosas. Por sua vez, a expressão *assaltantes do dinheiro público* se relaciona criminosos que roubam o dinheiro da sociedade e representa os políticos e empresários que desviaram dinheiro da Petrobras para patrocinar campanhas políticas ou para benefício pessoal. O termo *estrategistas do projeto de perpetuação do poder* significa um grupo de pessoas engajado a manter o poder em mãos por interesse particular e representa os envolvidos no esquema de corrupção na Petrobras e que desejavam manter o funcionamento do Petrolão por meio de outros personagens.

O termo *fortemente* aponta para algo que se realiza com força e representa as instituições que agiram para que o caso de corrupção na Petrobras fosse investigado. Já *não soltarão o osso com facilidade* é uma expressão que faz referência a algo ou alguém que impõe resistência ao acontecimento de algo, esse termo representa que os envolvidos no esquema não permitirão que o processo de investigação seja tão facilmente desenvolvido. O uso de *diabo* corrobora com o posicionamento de dificultar o andamento de algo e representa os acusados e

investigados que tentarão impedir o fim do esquema. Por sua vez, o termo *perder a boquinha* sugere deixar de ter algo que era facilmente dado e representa todos que perderão acesso ao dinheiro desviado da Petrobras. O termo *radicalizado* significa um posicionamento extremo e representa as posições extremas que o país tomou em decorrência da corrupção que foi exposta.

Quanto à interdiscursividade, o excerto (14) apresenta um único discurso, caracterizando o governo anterior e atual como incompetentes, corruptos, mentirosos e gananciosos. Em relação às denúncias de corrupção da Petrobras, o excerto sugere que o governo atual de ser participante na lavagem de dinheiro, como ocorre no trecho *os assaltantes do dinheiro público*. Além disso, acusa também de agir para manter o sistema e atuar para atrapalhar as investigações, como acontece no trecho *estrategistas do projeto de perpetuação do poder*.

A partir desses usos de linguagem, o posicionamento do jornal é contra os envolvidos nas denúncias de corrupção na Petrobras e favorável às instituições que permitiram o andamento das investigações.

O excerto (15) compõe o artigo *Catilinárias*, de Célio Pezza, em que há o desenvolvimento do significado do nome da fase da Lava Jato comandada pelo Ministério Público, As Catilinárias.

(15) Mais de 2 mil anos se passaram, mas **o discurso permanece vivo** e atual. Hoje temos uma infinidade de 'Catilinas', **políticos mentirosos, corruptos** e que só andam atrás do poder (PEZZA, 24/12/2015).

O uso das palavras, o termo *o discurso permanece vivo* aponta para que a fala, no que se refere à corrupção, permaneça a mesma, pois o discurso feito por Marco Túlio Cícero em 63 a.C. acusava Lúcio Sérgio Catilina de tentativa de dissolver o senado e tomar o poder em Roma. Ela representa os políticos envolvidos que não cessam de tramas e esquemas que defraudam a sociedade brasileira. Já *políticos mentirosos, corruptos* sugere que políticos que usam de artifícios para alcançar seus objetivos ilícitos e representa os investigados no caso de corrupção na Petrobras. Isso expressa o posicionamento contrário do jornal em relação ao políticos comprometidos pelas denúncias de corrupção na Petrobras.

A respeito da interdiscursividade, o excerto (15) apresenta um discurso o que se posiciona contrariamente aos políticos envolvidos no esquema de corrupção da

Petrobras, presente no trecho *políticos mentirosos, corruptos*. A respeito dos envolvidos, a perspectiva é contrária a todos que estão ligados ao sistema ilícito.

Quanto ao fragmento (16), do artigo *Cerveró arranha a espinha dorsal do governo*, de Amadeu de Paula, há a apresentação da delação de Cerveró que posicionam Lula, Dilma, Renan e Collor em lugares indesejáveis. O artigo de Amadeu de Paula destaca que a revelação de Cerveró indica as participações de Lula e Dilma, além de mostrar que o esquema é mais antigo do que se pensava.

(16) **Escandalosamente**, para quem ouviu Lula **tonitruar increpações** no Vale do Anhangabaú contra Fernando Collor para "golpeá-lo" com a ajuda dos cara-pintadas, o **insigne metalúrgico** atribuiu poderes amplos e irrestritos a seu **figadal inimigo** de outros tempos para mandar e desmandar na BR Distribuidora. Cerveró foi alertado disso **diretamente** na Casa da Dinda (DE PAULA, 16/01/2016).

A palavra *escandalosamente* diz respeito a algo revoltante e representa as ações de Lula em favor de Collor. Já as expressões utilizadas para se referir aos ex-presidentes Lula e Collor, no excerto (16), estabelecem uma relação de definição desses indivíduos. *Insigne metalúrgico* faz referência à profissão de Lula antes da presidência, trabalho pelo qual sempre será lembrado. *Figadal inimigo* faz referência aos embates políticos de Collor e Lula durante as eleições que estes disputaram. O termo *diretamente* aponta para algo realizado sem desvios e representa o alerta direto que Cerveró recebeu.

Sobre a interdiscursividade, o excerto (16) apresenta o discurso de que o ex-presidente Lula e a presidente Dilma como participantes da organização que realizavam desvios de dinheiro público, sendo beneficiados. A respeito da Petrobras, o excerto (16) aponta que Cerveró foi nomeado para a BR distribuidora por Lula. Portanto, os governos do ex-presidente Lula e da presidente Dilma, possuem ligação direta de mando e desmando dentro do sistema de corrupção. Dessa forma, o jornal se posiciona contrariamente ao ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff e suas estratégias de conservação do esquema de corrupção.

O excerto (17) é um dos artigos de opinião de autoria de Zacarias Martins e está no artigo *Chega do jeitinho brasileiro*, em que aponta a cobertura da mídia em relação ao envolvidos no esquema de corrupção na Petrobras.

(17) E o **engraçado** é que **todos os envolvidos na corrupção** que se instalou na Petrobras, ao serem chamados para depor, principalmente, em alguma comissão do Congresso nacional, aparecem como **pessoas**

impolutas, com **estampa lustrada**, como se tivesse usado óleo de peroba na venta! (MARTINS, 01/05/2015)

A palavra *engraçado* sugere algo ou alguém que possui intuito de divertir. No excerto representa a forma como os acusados de participação no esquema de desvio de dinheiro público se apresentaram para prestar depoimento. A expressão *todos os envolvidos na corrupção* se relaciona a totalidade de pessoas envolvidas em um processo ilícito e representa todas as pessoas, políticos ou empresários, envolvidos no esquema de corrupção da Petrobras. A respeito do termo *pessoas impolutas*, há indicações de indivíduos virtuosos e representa a maneira como os envolvidos se apresentam ao ser convocados para depõe. Já *estampa lustrada* significa uma aparência brilhante e também representa a maneira como os envolvidos no caso de corrupção na Petrobras se apresentaram para prestar depoimento. O posicionamento do jornal, com esses usos de linguagem, é contrário aos envolvidos nas denúncias de corrupção na Petrobras.

No que diz respeito à interdiscursividade, o excerto (17) possui um discurso que apresenta os envolvidos como corruptos, materializado no trecho *como se tivesse usado óleo de peroba na venta*. Já o segundo discurso apresenta os participantes do esquema como virtuosos: *aparecem como pessoas impolutas, com estampa lustrada*.

O excerto (18) é um recorte do artigo de opinião de Abraão Lima, publicado em fevereiro de 2015, com o título de *Dilma vive seu inferno astral*. O artigo aborda a crise no governo Dilma com alta da inflação, queda na produção das indústrias e desvalorização das ações da Petrobras.

(18) Das **26 empresas** que Barusco apontou como integrantes do esquema, a maioria é de **fachada**. Elas foram usadas para fazer **circular** dinheiro **ilícito** por meio de emissão de notas fiscais sobre serviços e consultorias **não realizados**. Em um único endereço em São Paulo “funcionavam” sete empresas do **esquema** (LIMA, 12/02/2015).

O numeral 26 apresenta a quantificação de empresas usadas no esquema de corrupção na Petrobras. Já o termo *fachada* indica a situação ilegal das empresas usadas no esquema. O termo *circular* significa algo que é semelhante a um círculo ou um processo que transmite algo de pessoa para pessoa. Este termo representa o fluxo de dinheiro que percorreu essas empresas de fachada.

O termo ilícito significa algo que possui natureza ilegal e representa o dinheiro que circulou nessas empresas de fachada. Já o termo *não realizados* significa uma circunstância que foi impossibilitada de ser concluída e representa serviços e consultorias maquiados pelas empresas de fachada para esconder a lavagem de dinheiro. Por sua vez, a palavra *esquema* significa um tipo de sistema e representa a organização orquestrada para lavar dinheiro desviado da Petrobras.

Quanto à interdiscursividade, o excerto (18) materializa o discurso de que o governo é participante da organização criminosa e como receptor das consequências das investigações: *elas foram usadas para fazer circular dinheiro ilícito por meio de emissão de notas fiscais sobre serviços e consultorias não realizados*. Esses dados sustentam o posicionamento do jornal, que é desfavorável ao esquema de corrupção e favorável ao processo de investigação. O posicionamento do jornal referente a esse texto é favorável às denúncias de corrupção na Petrobras por meio da exposição de informações que comprovam as atividades ilícitas.

O excerto (19), apresenta-se um recorte do artigo de opinião de André Marques, publicado em fevereiro de 2015, com o título de *Golpe ou Impeachment?*. Esse artigo aponta consequências de um impeachment sem fundamentos.

(19) Forçar a Presidente da República a deixar o cargo antes do prazo de vencimento do mandato recebido do povo é **ato de extrema gravidade**, que, mesmo quando praticado com **rigorosa obediência** aos **preceitos constitucionais** e legais, acarreta **grave perturbação** na vida do Brasil (MARQUES, 24/02/2015).

Pode-se observar que a expressão *ato de extrema gravidade* aponta uma ação com padrões sérios e representa a enormidade da situação caso a presidente da república deixe seu cargo por motivo de impeachment. Já as palavras *rigorosa obediência* significam o cumprimento categórico de algo e representam o mandato da presidente sendo cumprido de forma definitiva. Os termos *preceitos constitucionais* se referem a determinações legais e representam o cumprimento de toda e qualquer lei durante o mandato da presidente. Já as palavras *grave perturbação* significam desordens sérias e representam a esfera da vida pública no que concerne aos efeitos de um mandato exercido sem desvios. O significado dessas palavras permite identificar o posicionamento do jornal que é desfavorável à

aprovação do processo de impeachment por não defender a existência de crimes que exijam esse tipo de penalidade.

Já o fragmento (19) apresenta um discurso que é contra o processo de impeachment: ato de extrema gravidade. Outro discurso é o questionamento da constitucionalidade do mandato de Dilma: *mesmo quando praticado com rigorosa obediência aos preceitos constitucionais e legais*. Há indicação sutil de que o governo Dilma não seguiu inteiramente os preceitos legais. A relação do excerto com a Petrobras é a insistência de pedidos para abertura de um processo de impeachment.

No fragmento (20), do artigo *Impeachment à luz da lei*, observa-se o que o autor, Ataídes Oliveira trata dos benefícios de um impeachment, pois defende a existência de crimes de responsabilidade.

(20) Créditos suplementares são **recursos extras** que precisam ser autorizados pelo Congresso e que **somente** podem ser abertos se não comprometerem a meta fiscal prevista na lei orçamentária. Além de **não ter pedido autorização legal** para os **créditos suplementares**, o governo já tinha **estourado em muito a meta fiscal** (OLIVEIRA, 28/04/2016).

As palavras *recursos extras* expressam a ideia de auxílios extraordinários e representam o uso de créditos suplementares para maquiar as contas públicas e isso foi realizado pela presidente Dilma sem autorização legal. Já a palavra *somente* expressa sentido de exclusividade e representa a especificidade do uso dos créditos suplementares.

As palavras *não ter pedido autorização legal* sugerem a ideia de não realização de uma solicitação dentro da lei e representa a autorização concedida pela presidente Dilma fora dos parâmetros legais. Já os termos *estourado em muito a meta fiscal* significa a extrapolação da meta fiscal e representam o déficit gerado pelas dívidas públicas. Neste caso, o impeachment foi mais solicitado em virtude das proporções que o caso de corrupção na Petrobras tomaram. Os significados dessas palavras indicam um posicionamento contrário às táticas do governo de Dilma para conter a meta fiscal.

O excerto (20) possui um discurso que justifica o deferimento de processo de impeachment contra a presidente Dilma. O processo só será aprovado porque, segundo a lei, a presidente cometeu crime de responsabilidade fiscal e por ter

estourado a meta fiscal. O escândalo de corrupção na Petrobras foi apenas um atenuante, de acordo como texto de Oliveira (2016). Dessa forma, o jornal se posiciona favorável à aprovação do processo de impeachment e contra as pedaladas fiscais praticadas pela presidente Dilma Rousseff.

O segmento (21), parte do artigo de opinião de Marcos Cintra, *Reforma de iniciativa popular*, publicado em abril de 2015. Nesse artigo de opinião, o autor trata da necessidade de uma reforma política depois de toda a exposição gerada pelo esquema de corrupção na Petrobras.

(21) **Primeiramente** cabe **afirmar** que o Brasil vive um momento de **turbulência** que deveria ser aproveitado para avançarmos em termos de **uma ampla e profunda reforma política**. A população está **extremamente insatisfeita** com os rumos que o país tomou no âmbito da gestão pública e da ética. **Medidas de grande envergadura** com o objetivo **efetivo** de **combater a corrupção e modernizar** a administração teriam **enorme aceitação** das entidades organizadas e das pessoas em geral (CINTRA, 23/04/2015).

Ao se analisar o termo *primeiramente*, há primazia a respeito de algo, já a sua representação indica que a situação do Brasil decorre da exposição de corrupção, essencialmente do caso de corrupção na Petrobras. Para isso, a palavra *afirmar* indica reconhecimento e representa a confirmação da argumentação do autor sobre o cenário de inquietação política decorrente do processo de corrupção na Petrobras. A palavra *turbulência* sugere agitação e representa o quadro da sociedade brasileira no que diz respeito a sua política e democracia, pois isto é consequência do andamento das investigações na Petrobras. Já os termos *uma ampla e profunda reforma política* expressam a ideia de reforma política que seja extensiva o suficiente e chegue até os cernes de sua estrutura. Estes termos representam as consequências da exposição da investigação do caso de corrupção na Petrobras.

As palavras *extremamente* e *insatisfeita* apontam para desgosto extremo da população e representa a condição da população em relação a tantas declarações de denúncias de corrupção e seus envolvidos, como é comprovado no trecho: *a população está extremamente insatisfeita com os rumos que o país tomou no âmbito da gestão pública e da ética*. Já as palavras *medidas de grande envergadura* expressam ideia de providências de ampla extensão e consequência e, em relação a sua representação, indicam atitudes extremas para se combater o

desfalque de tanto dinheiro e a corrupção presente em várias instituições e diferentes localidades, pois ações extremas receberiam boa aceitação da população e das instituições envolvidas.

O termo *efetivo* indica algo concreto e representa algo definitivo que possibilite o combate à corrupção. Já os termos *combater a corrupção e modernizar* representam a mudança necessária para que a sociedade se sinta satisfeita. Enquanto isso, os termos *enorme aceitação* representam a maneira com a sociedade iria receber cada uma das mudanças políticas que possibilitem a luta contra a corrupção. Dessa forma, os significados das palavras indicam um posicionamento desfavorável em relação à gestão política brasileira e um posicionamento partidário de uma reforma política profunda.

O excerto (21), no que se refere à interdiscursividade, apresenta um discurso a favor da reforma política, para que se recupere a satisfação da população e se lute contra a corrupção. Esta reforma política é defendida pelo autor principalmente pelo momento de turbulência brasileiro causado pelo esquema de corrupção da Petrobras.

O fragmento (22), parte no artigo *Reforma de iniciativa popular*, escrito por Marcos Cintra em abril de 2015, aborda a proposição de uma reforma política que melhore a imagem do Brasil mundialmente e recupere confiança da sociedade na gestão governamental, pois essas duas áreas foram prejudicadas pelo destaque da operação Lava Jato.

(22) Ocorre que é difícil imaginar uma reforma nessa linha partindo do Executivo, uma vez que o atual governo está **desmoralizado**, foi o **disseminador da roubalheira** na Petrobrás e jamais se interessou em **avançar em relação a mudanças capazes de combater vícios deletérios** que ao longo dos anos seguiram destruindo as **historicamente frágeis instituições nacionais** (CINTRA, 23/04/2015).

Quanto ao significado de palavras, o termo *desmoralizado* aponta para algo ou alguém sujo e representa a situação do governo, pois está profundamente envolvido no esquema de corrupção na Petrobras. As palavras *disseminador da roubalheira* sugerem a propagação da corrupção e representa o papel do governo em todo processo de desvio de dinheiro.

Já a expressão *avançar em relação a mudanças capazes de combater vícios deletérios* expressam prosseguimento para mudanças que sejam aptas a

combater vícios danosos e representam aspectos não sugeridos pelo executivo que exterminassem os vícios que permitiam a existência da corrupção na Petrobras, ou seja, o jornal se posiciona contra o governo afirmando que o mesmo não propõe mudanças que de fato correspondam às transformações que lutem contra a corrupção. Já a expressão *historicamente frágeis instituições nacionais* indica instituições públicas brasileiras que possuem na história uma classificação de fragilidade e representam a Petrobras, pois a estatal possui um histórico de fraqueza. De acordo com esses significados, o posicionamento do jornal é desfavorável em relação à imagem do governo e aos parlamentares envolvidos na denúncia de corrupção na Petrobras.

Quanto à interdiscursividade, o fragmento (22) apresenta um discurso que defende o prosseguimento para se realizar uma reforma política: *ocorre que é difícil imaginar uma reforma nessa linha*. O segundo que desmoraliza o governo ao passo que coloca a Petrobras como uma empresa historicamente frágil: *avançar em relação a mudanças capazes de combater vícios deletérios que ao longo dos anos seguiram destruindo as historicamente frágeis instituições nacionais*. O discurso mais incontestável é defesa de continuidade de uma reforma política.

O seguimento (23) pertence ao artigo A hora é de corte, de Gaudêncio Torquato, publicado em março de 2015. O autor exprime sua opinião a respeito da publicidade que o caso de corrupção na Petrobras tem recebido da mídia.

(23) Todo esforço deve ser empreendido para equilibrar **freios e contrapesos** entre os Três Poderes, preservando-se **a arquitetura traçada** pelo barão de Montesquieu. Não basta dizer que nossas instituições estão sólidas. Elas precisam, isso sim, resgatar **a crença social**. Só há um caminho: fazer as reformas. **A reforma política** é necessidade urgente e premente. Se a gestão pública não passar por **cirurgia profunda**, a esfera privada (que os gregos chamam de oikos), continuará a invadir a esfera pública (koinon). **A fome** de uns poucos não pode devorar **o cardápio** que pertence a todos (TORQUATO, 04/03/2015).

A expressão *freios e contrapesos* indica impedimentos e equilíbrio, respectivamente e representam a relação que existe entre os poderes legislativo, executivo e judiciário e como esse vínculo pode beneficiar a forma como a sociedade enxerga o Brasil. As palavras *arquitetura traçada* apontam para os três poderes, pois segundo essa estrutura o Estado é melhor administrado com a fragmentação de poderes. Já as palavras *a crença social* indicam o descrédito e

desconfiança que a população enxerga esse poderes em meio a sua atuação quanto ao caso de corrupção na Petrobras.

O uso *reforma política* sugere a necessidade de uma reforma política, pois há uma demanda que exige reestruturação das leis brasileiras. Já as palavras *cirurgia profunda* indicam um procedimento invasivo e representam o processo de mudança da gestão pública. O termo a *fome* sugere a ganância dos que têm se aproveitado dos desvios de dinheiro. Já em *cardápio*, há a sugestão de que o dinheiro público é visto como algo a disposição para ser usado.

Quanto à interdiscursividade, observa-se o discurso que o Brasil se encontra em constantes cenários de corrupção e que é necessária uma reforma política para que não se misture os interesses privados aos públicos: *não basta dizer que nossas instituições estão sólidas. Elas precisam, isso sim, resgatar a crença social*. Só há um caminho: fazer as reformas. O segundo discurso é a apresentação da arquitetura traçada por Montesquieu, abordando os três poderes propostos por ele, presente no trecho *os Três Poderes, preservando-se a arquitetura traçada pelo barão de Montesquieu*. Ainda há um terceiro discurso é o uso do recurso grego das esferas políticas: *a esfera privada (que os gregos chamam de oikos), continuará a invadir a esfera pública (koinon)*. Isto é, os interesses privados continuarão sendo maiores que os desejos públicos. O posicionamento mais perceptível é do autor, que não se coloca contra partidos, mas é à favor de uma reforma que beneficie a todos. A relação com o caso de corrupção na Petrobras está na forma como se diz que é necessário resgatar a crença social, pois ela foi perdida com a constante visibilidade dado ao caso de corrupção na Petrobras. O posicionamento do jornal se mostra contra os envolvidos nas denúncias de corrupção na Petrobras, principalmente quando se refere à fome de poucos sendo saciada com algo que pertence a todos.

O segmento (24) pertence ao artigo de Carlos Alberto Di Franco, com o título de *Bravatas da jararaca*, publicado em março de 2016, o autor apresenta a operação que levou o ex-presidente Lula a depor a respeito de uma organização que desviava dinheiro da Petrobras para financiamento de campanhas e uso pessoal.

(24) A **máquina lulopetista** começa a **ranger graças** ao **excelente** trabalho técnico de um jovem magistrado, ao respaldo investigativo da imprensa e ao **maciço apoio** da sociedade brasileira. Dilma desceu **ao fundo do poço**. Na prática, ela já não consegue exercer **nenhum poder**. Há um vazio de governo. Dilma, de fato, já é passado. E Lula, o criador, escorrega com ela. O ex-presidente está tenso. Assombra-o, sobretudo, o

avanço da operação Lava Jato. Só isso explica o incitamento à violência, as bravatas e os palavrões da jararaca. Lula está desestabilizado por uma razão muito simples: a mentira se escancarou, a punição se aproxima, a estrela apagou (DI FRANCO, 13/03/2016).

A respeito do significado de palavras, o excerto (24) apresenta os termos *máquina lulopetista*, que apresenta um neologismo criado pelo autor para representar todo o mecanismo criado por Lula e pelo PT. O termo *ranger* significa guinchar e representa o declínio da estrutura criada por Lula. Já o termo *graças* possui um significado de causa e representa o bom trabalho do juiz responsável por comandar os julgamentos do caso Lava Jato. A palavra *excelente* significa algo perfeito e representa a conduta do magistrado encarregado dos julgamentos dessa operação. Os significados dessas palavras indicam um posicionamento fortemente contrário ao Partido dos Trabalhadores (PT) e aos seus dois últimos presidentes, Lula e Dilma Rousseff.

A expressão *maciço apoio* sugere sólida aceitação e representam a condição da sociedade em relação à condução dos processos que levam ao julgamento dos envolvidos. As palavras *ao fundo do poço* significam situação mais baixa e representam a condição da presidente Dilma em relação à prática de seus poderes. Já os termos *nenhum poder* significam a inexistência de autoridade e representam como a presidente Dilma está impossibilitada na sua posição. Já as palavras *avanço da operação Lava Jato* significam desenvolvimento da operação Lava Jato e representam a continuação por mais envolvidos no esquema de corrupção, o que pode indicar envolvidos que ainda não foram descobertos. Os significados das palavras expressam o posicionamento do jornal como contrário à presidente Dilma, apresentando-a como incapaz e sem autoridade.

Quanto ao excerto (24), observa-se um posicionamento a respeito da situação política a qual o texto se refere: Lula, Dilma e todo partido petista estão desestabilizados por conta de toda divulgação do caso de corrupção e envolvimento de importantes membros do partido. O discurso que prevalece é o do autor, pois em seu parecer predomina a opinião do jornal e há até mesmo a criação de neologismos para justificar o envolvimento de PT e de Lula no sistema ilícito de desvios de dinheiro.

O fragmento (25) pertence ao autor Célio Pezza, com o título *Catilinárias*, foi publicado em dezembro de 2015. No que diz respeito ao significado das palavras

há algumas expressões pertinentes que se referem às denúncias de corrupção na Petrobras.

(25) 'Não vês que a tua **conspiração** a têm já dominada todos estes que a conhecem? Quem, dentre nós, pensas tu que ignora o que fizeste na **noite passada e na precedente**? Onde estiveste, com quem te encontraste, que decisão tomaste? Oh tempos, oh costumes! O Senado tem **conhecimento destes** fatos e o cônsul tem-nos diante dos olhos! (PEZZA, 24/12/2015)

A palavra *conspiração* indica maquinação e representa o caso de corrupção na Petrobras. As palavras *passada e na precedente* indicam algo ocorrido e algo por acontecer e representam os esquemas de corrupção descobertos e os que ainda serão revelados. Os termos *conhecimento destes* significam entendimento sobre algo e representa a consciência coletiva sobre a organização criminosa de lavagem de dinheiro. A partir desses significados de palavras, tem-se o posicionamento contrário aos envolvidos no caso de corrupção na Petrobras, demonstrando que não há limites para o alcance da corrupção por meio desses acusados.

Quanto à interdiscursividade do trecho (25), verifica-se o posicionamento contrário do autor a respeito do caso de corrupção na Petrobras, além de demonstrar sutilmente um desacordo com a atitude displicente de alguns envolvidos. Todo esse texto histórico é usado para manifestar seu ponto de vista, que é a reprovação de todo o esquema ilícito e, o que poderia parecer subjetivo, torna-se bem claro, pois através do discurso histórico o jornal se posiciona favoravelmente ao processo de investigação e contra os envolvidos no esquema ilegal.

O segmento (26) parte do artigo de Amadeu de Paula, publicado em janeiro de 2016, cujo o título é *Cerveró arranha a espinhal dorsal do governo*. A respeito da delação premiada de Cerveró que põe diretamente em risco o ex-presidente Lula, a presidente Dilma, Renan Calheiros e o também ex-presidente Fernando Collor.

(26) **Renan** reclamou de não estar sendo **agraciado** como os demais; porém encontrou, lá mesmo ou alhures, **os milhões de reais** que elegem os políticos brasileiros. Tanto **veneno** necessitava de um antídoto. Cerveró, servindo a alguém, aplicou **canhestramente um ineficaz: corrupção** na Petrobrás, também, no já lonquínquo governo de Fernando Henrique Cardoso, sem indicação de nomes e fatos concretos, como os acima reproduzidos (DE PAULA, 16/01/2016).

A nome *Renan* está relacionada com o sentido de *agraciado*, pois elas representam a maneira como o senador estava isolado do esquema de desvio de dinheiro da Petrobras. A expressão *os milhões de reais* sugere uma quantificação monetária e representam o dinheiro que o senador Renan recebeu do esquema de corrupção na Petrobras. O termo *veneno* indica substância tóxica e representa o sistema de desvio de dinheiro.

Já a palavra *canhestramente* sugere algo feito de maneira desajeitada e representa o proceder de Cerveró ao denunciar que o esquema de corrupção na Petrobrás já existia no governo de Fernando Henrique. O termo *ineficaz* indica sem eficiência e representa a delação de Cerveró sobre a corrupção na Petrobras no governo de Fernando Henrique, pois não provas ou nomes. A palavra *corrupção* sugere desvirtuamento e representa toda a organização ilícita envolvendo a Petrobras.

No trecho (26), nota-se a exposição de apenas um discurso. Ele se coloca contra a atitude de Renan Calheiros, pois o caso de corrupção na Petrobras começou no governo de Collor e Renan estava envolvido na época. O posicionamento do escritor é contrário a Renan Calheiros, mas também ao partido petista.

O excerto (27) faz parte do artigo de opinião de Zacarias Martins, cujo o título é *Chega de jeitinho brasileiro*, publicado em maio de 2015, em que ele aborda a grandiosidade da operação e reflete como o jeitinho brasileiro está conectado a esse eventos.

(27) É público e **notório** que a **roubalheira** não **vem de agora**. Falta abrir, por exemplo, a **caixa-preta do BNDES** e outros órgãos governamentais estratégicos para o país. São órgãos que, grosso modo, seus **dirigentes** são **políticos** ou foram indicados por **critérios políticos**. E há até disputas acirradas, nos bastidores, para a ocupação desses cargos, tal qual **urubu faminto em cima da carniça** (MARTINS, 01/05/2015).

A palavra *notório* indica algo claro e representa que a organização para fins lucrativos ilícitos não foi criada recentemente. A palavra *roubalheira* sugere o desvio sistemático de dinheiro e representa o sistema de corrupção na Petrobras. Já a expressão *caixa-preta do BNDES* indica as informações privilegiadas sobre o Banco Nacional do Desenvolvimento e representam que outros sistemas de corrupção que ocorrem nessa esfera. Portanto, a significação dessas palavras

possibilitam o posicionamento contrário por parte do jornal em relação ao esquema de corrupção na Petrobras.

A palavra *dirigentes* está relacionada a *políticos* e indica equipe, representando políticos que estão à frente de organizações públicas e podem estar envolvidas em esquemas de corrupção. A expressão *critérios políticos* sugere parâmetros políticos e representam a método utilizado para escolher os políticos representantes desses órgãos. A expressão *urubu faminto em cima da carniça* expressa a ideia de animal carniceiro e representa a disputa que ocorre nos bastidores para a ocupação dos cargos desses órgãos. Os significados das palavras identificam o posicionamento do jornal como contrário à política governamental de se indicar cargos de órgãos governamentais a dirigentes políticos.

No excerto (27), identifica-se o discurso que apresenta a corrupção na Petrobras como um caso antigo. Outro discurso apresentado é a disputa interna por cargos de liderança em órgãos públicos. A voz mais presente é a do autor e ele se posiciona contrário ao caso de corrupção da Petrobrás e seus envolvidos.

O segmento (28) está no artigo de opinião de Abraão Lima, publicado em fevereiro de 2015, com o título *Dilma vive seu inferno astral* em que expõe a fragilidade da situação econômica devido ao aumento da inflação, queda da produção da indústria e desvalorização das ações da Petrobras. Ainda estabelece uma relação ao momento de crise do governo Dilma.

(28) Os **desvios** ocorreram em **90 grandes contratos da Petrobras** nesse período. Em seu depoimento, Barusco afirma que Vaccari **arrecadou** entre **US\$ 150 milhões e US\$ 200 milhões em propinas** para o partido a partir de porcentagens cobradas de 1% a 2% do valor de contratos da estatal firmados por quatro diretorias além da de Serviços, a de Abastecimento, Gás e Energia e Exploração e Produção. O partido ficava sempre com metade do percentual arrecadado ilegalmente (LIMA, 12/02/2015).

A palavra *desvios* expressa a ideia de atalho e representam o roubo de dinheiro da Petrobras. A expressão *90 grandes contratos da Petrobras* indica que 90 importantes transações da Petrobras e representam as possíveis empresas de fachada usadas para desviar dinheiro. Já o termo *arrecadou* sugere receber e representa o recolhimento de propinas tiradas da Petrobras. O enunciado *US\$ 150 milhões e US\$ 200 milhões em propinas* significam uma quantidade de dinheiro ilícito e representam o suborno dado ao PT por meio de contratos da estatal. O

jornal se posiciona de forma desfavorável ao caso de corrupção na Petrobras e para isso utiliza a exposição de dados que comprovam o esquema ilícito.

No fragmento (28), pode ser identificado o discurso de dados e estatísticas que apresentam o governo de Dilma como receber de propinas da Petrobras. O autor se coloca contra o caso de corrupção da Petrobras e acusa com informações concretas o envolvimento do PT como recebedor de propinas. O autor se posiciona contrariamente ao esquema e ao partido argumentando por meio de dados e estatísticas a respeito do esquema de corrupção, como por exemplo os desvios que ocorreram em 90 grandes contratos da Petrobras.

O excerto (29) apresenta uma amostra do artigo de André Marques, *Golpe ou Impeachment*, publicado em fevereiro de 2015. Neste artigo, ele aborda a seriedade de um processo de impeachment e os desdobramentos na sociedade apenas com a existência da ameaça da abertura de um processo.

(29) **Sem mais delongas, é importante** que se saiba que desde a posse da Presidente Dilma Rousseff para exercer o primeiro mandato presidencial **até agora** já foram protocolados na Câmara dos Deputados, que é por onde deve começar o processo, **doze pedidos de impeachment**. Em todos esses casos os pedidos foram examinados por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados, como previsto em seu regimento, tendo sido proposto por ela e decidido pelo plenário o arquivamento de todos eles, por absoluta falta de fundamento legal. Se agora for apresentado um novo pedido, como tem sido **ansiosamente** sugerido por altos dirigentes do **PSDB**, e se esse pedido tiver a pretensão de se basear na fundamentação jurídica acima referida, certamente haverá mais um arquivamento, em obediência às disposições constitucionais e para preservação da ordem jurídica democrática no Brasil. Assim, pois, a **ameaça de pedido** de impeachment não deve ser levada a sério, não merecendo ser tratada como possibilidade real, mas sim como **simples desabafo** de maus perdedores tentando manter-se em evidência (MARQUES, 24/02/2015).

A expressão *sem mais delongas* sugere a ideia de finalização e representam a apresentação do ponto de vista do autor. O termo *é importante* indica a valorização de algo e representam a abertura de processos de impeachment da presidente Dilma antes mesmo do surgimento da operação Lava Jato. A expressão *até agora* sugere até este momento e representam o período do governo Dilma em que os processos de impeachment foram pedidos. Já a expressão *doze pedidos de impeachment* indica a quantificação de pedidos do processo de impeachment e representam a instabilidade do governo Dilma desde o seu início. O jornal se posiciona de forma contrária ao processo de impeachment e contra o governo Dilma.

A palavra *ansiosamente* sugere algo que se espera avidamente e representa o modo como alguns membros do partido do PSDB esperam que seja aprovado o pedido do processo. A sigla *PSDB* indica Partido da Social Democracia Brasileira e representa os membros que desejam que o pedido de impeachment seja deferido. A expressão *ameaça de pedido* sugere o aviso da solicitação e representam outras tentativas de pedido para instaurar processo de impeachment contra Dilma. Já a expressão *simples desabafo* aponta um inocente desabafo e representam membros de partidos que não se conformam com a reeleição de Dilma para presidente. O jornal se posiciona contra um processo de impeachment que julga ser inconstitucional, mas não sem apontar as falhas do governo de Dilma.

No excerto (29), quanto à interdiscursividade, há dois discursos: o de conhecimento das quantidades de tentativas de impeachment ao governo Dilma ao longo de seu mandato e o de embasamentos legais que comprovam a ilegitimidade do processo contra a presidente Dilma. O discurso mais forte é o que se posiciona contra Dilma, pois apesar de ser contra o processo de impeachment por não acreditar que exista base legal, o autor expõe a inconstância do governo Dilma mesmo antes da deflagração da operação Lava Jato. Em relação ao escândalo de corrupção na Petrobras, os discursos a favor do processo de afastamento ganham mais força à medida que as investigações avançam.

O trecho (30) representa o artigo de opinião de Ataídes Oliveira, *Impeachment à luz da lei*, publicado em abril de 2016. O artigo tratará da inevitabilidade de um impeachment, pois se cometeu crimes de responsabilidade fiscal.

(30) Preto no branco, não faltam **argumentos jurídicos** para o impeachment da presidente Dilma. Ao governo, todavia, só resta o mantra do “não vai ter golpe” (OLIVEIRA, 28/04/2015).

A respeito do significado das palavras, a expressão *argumentos jurídicos* indica fundamentos legais e representam razões concretas para se abrir processo de impeachment. O jornal se posiciona a favor do processo de impeachment, pois apresenta argumentos jurídicos que comprovam motivo para aprovação de afastamento.

No fragmento (30), no que concerne à interdiscursividade, há um discurso bastante forte, em relação à necessidade de realização do impeachment, pois há a

apresentação de argumentos leais que fundamentam a aprovação do processo. O discurso defendido pelo autor é bem forte sobre a necessidade da aprovação do processo e ainda declara incapacidade do governo de rebater a crise usando apenas um jargão sobre tentativa de golpe. O jornal posiciona-se de certa forma, a favor, pois se utiliza de justificativas legais e também de deboche em relação à defesa do governo.

O excerto (31) é parte do artigo de opinião de Marcos Cintra, *Reforma de iniciativa popular*, publicado em abril de 2015. O artigo se desenvolve na questão da necessidade de uma reforma política, porque o país vive um momento delicado na sua política causado pelo esquema de corrupção na Petrobras.

(31) Vindo de um projeto da sociedade organizada, a reforma política poderia ser uma saída para termos um **país respeitado mundialmente**, mais **eficiente** e **eficaz** no tocante à gestão governamental e **decente em termos éticos**. É uma alternativa que deveria ser levada a sério, já que se depender do Congresso e do atual governo a **esculhambação** vai seguir adiante (CINTRA, 23/04/2015).

Em relação aos significados das palavras, o excerto (31) traz a expressão *país respeitado mundialmente* que aponta uma nação de credibilidade a nível mundial e representa que o Brasil não é confiável devido a sua atual situação política. As palavras *eficiente* e *eficaz* expressam a ideia de competência e representam aptidão de uma gestão honesta. A expressão *decente em termos éticos* sugere uma integridade moral e representam uma administração governamental moral por meio de reforma política, pois a gestão atual não é considerada ética. Já a palavra *esculhambação* indica desmoralização e representa a corrupção presente em diversas organizações, mas principalmente do sistema da Petrobras. A relação estabelecida entre o significado das palavras e o posicionamento do jornal é que o escândalo de corrupção na Petrobras permitiu que a imagem brasileira se deteriorasse e, portanto, a única maneira de resgatar essa reputação é por meio de uma reforma política.

A respeito da interdiscursividade, no fragmento (31) o autor apresenta apenas um discurso durante o desenvolvimento do texto: a inevitabilidade de uma reforma política não apenas em várias esferas, mas também a necessidade de se questionar porque o congresso e o governo se negam a facilitar esse processo. O autor se coloca a favor da reforma política sem a necessidade de esperar pelo

estado e/ou congresso. A necessidade de uma reforma surge pelas consequências causadas pela corrupção na Petrobras e por não ter como esperar uma ação de reestruturalização manifestada do poder que a iniciou. Devido as denúncias de corrupção na Petrobras, faz-se necessário uma reforma política, pois a imagem brasileira de respeitabilidade e ética está desgastada.

O fragmento (32) representa o artigo de opinião de Dora Kramer, *Sob o signo de mercúrio*, publicado em fevereiro de 2015. O artigo discorre a respeito da decisões erráticas da presidente Dilma tomadas com base no humor.

(32) Exemplos do **método confuso, desprovido de lógica**, errático e **não raro de resultados desvantajosos** para o governo não faltam. Foram vários ao longo dos últimos anos. Vamos, no entanto, nos ater aos dois últimos, começando pelo mais recente, o comentado afastamento de Graça Foster da presidência da Petrobras (KRAMER, 04/02/2015).

Acerca dos significados das palavras, o trecho (32) apresenta a palavra *método* que sugere técnica e representa as decisões de Dilma baseadas em seu temperamento. Tem-se também o termo *confuso* que indica desorganizado e representa as deliberações sem sentido da presidente Dilma. Há a expressão *desprovido de lógica* sugerindo destituição de coerência e representando as resoluções da presidente Dilma. Já a expressão *não raro de resultados desvantajosos* indica a habitualidade de resultados danosos e representam as decisões temperamentais da presidente Dilma. Os significados das palavras possibilitam identificar o posicionamento do jornal, que é contra a estratégia de Dilma, considerando-a sem sentido e desprovida de lógica.

Quanto à interdiscursividade, o trecho (32) apresenta um discurso que é marcado pela questão de incapacidade de governabilidade da presidente Dilma ao retirar Graça Foster da presidência da Petrobras. A autora se posiciona contrariamente ao governo Dilma. Graça Foster foi afastada depois do surgimento das denúncias de corrupção na Petrobras.

Ao se analisar os artigos que compõem o *corpus* deste trabalho, pode-se constatar que os textos representam diferentes aspectos do mundo, bem como diferentes realidades no que diz respeito ao objetivo geral da pesquisa: analisar o posicionamento discursivo-ideológico da imprensa tocantinense, identificar os recursos linguísticos-discursivos utilizados e analisar as formações discursivas adotadas pela imprensa tocantinense.

Os posicionamentos acerca das denúncias de corrupção na Petrobras são contrários a todo esquema, bem como a todos os envolvidos relacionados. Além disso, o jornal possui um posicionamento de culpar o Partido dos Trabalhadores, assim como o ex-presidente Lula e Dilma, da existência do programa ilícito de corrupção. Embora a denúncia inicial não apresentava o esquema de corrupção e lavagem de dinheiro como constituído no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, os artigos analisados não mencionam tal período e muito menos responsabilizam o partido desse presidente – PSDB – e/ou o próprio presidente. Há tentativa de incriminar somente o partido PT e os presidentes Lula e Dilma Rousseff.

4.3 As identificações em artigos de opinião no Jornal do Tocantins

Esta seção tratará da aplicação do significado identificacional ao *corpus* selecionado. As identificações enfatizam a construção e negociação de identidades do discurso, os discursos são embutidos de identidade. É um modo de identificação do mundo e de si mesmo. Para este trabalho, utilizaremos duas categorias de análise: a avaliação e a modalidade (FAIRCLOUGH, 2003). A avaliação diz respeito ao que é desejável ou indesejável, relevante ou irrelevante. Já a modalidade se refere a questões de frequência e probabilidade. Analisa o grau de comprometimento das pessoas ao fazerem afirmações. A avaliação pode ser identificada através de verbos que indicam juízo de valor ou palavras que indiquem aspecto de valorização. As avaliações afirmativas podem ser identificadas por meio verbo, advérbio ou ponto de exclamação. Já a modalidade é vista, por Fairclough (2003), como uma questão de comprometimento quando as pessoas afirmam, demandam, perguntam ou ofertam.

O excerto (33) apresenta uma parte do artigo *Sob o signo de mercúrio*, de Dora Kramer, publicado em fevereiro de 2015.

(33) Segundo consta, Dilma considerou os números “**descabidos**”, “mal calculados” e, por isso, não deveriam ser dados a conhecer. De onde, talvez, a decisão de substituir Graça Foster. Algumas coisas não combinam nessa história: se houve erro de cálculo, não seria o caso de corrigir e divulgar o número correto? Quem deu o respaldo para a divulgação? Ou não houve respaldo? Se não houve, ocorreu evidente descontrole de informação e, por consequência, de administração, de governança (KRAMER, 04/02/2015).

O termo *descabidos*, segundo o dicionário Houaiss (2010, p. 234), é um adjetivo que significa fora de propósito; impróprio; inoportuno. Portanto, o vocábulo

indica juízo de valor, em relação a algo não desejável, pois questiona a coerência da fala de Dilma, visto que se os números realmente foram descabidos, a forma de agir seria a correção e a divulgação e não a ocultação e afastamento de Graça Foster da presidência da Petrobras. O jornal identifica também a presidente Dilma como uma governante imprópria e isso pode ser identificado pelo uso do substantivo *descontrole* para se referir a sua administração.

O fragmento (34) está no artigo de opinião de Gaudêncio Torquato, cujo o título é *A hora é de corte*, com publicação em março de 2015.

(34) Cabe ao Parlamento, nesse momento, uma chamada geral à responsabilidade. E uma palavra de ordem: transparência total. De que adianta tampar buracos nas cúpulas côncava e convexa do Congresso Nacional, mas deixar abertas as crateras de outros palcos? **Urge** acabar com as falcatuas das licitações de cartas marcadas. Que o petrolão sirva de exemplo aos que prestam serviços ao Estado em todas as instâncias. Chegou a hora de focar a lupa na engenharia de artifícios, evitando que malandros e oportunistas entrem sorrateiramente nos cofres do Tesouro. Cuidado com as empresas laranja e a abertura de contas em paraísos fiscais. **Urge** rever contratos públicos em andamento (TORQUATO, 04/03/2015).

No excerto (34), o autor utiliza o verbo *urge* duas vezes. Esse verbo demanda importância de se ater aos contratos de empresas para que a corrupção possa ser estancada. De acordo com o dicionário Houaiss (2010, p. 785), o verbo intransitivo urgir indica modo de ser necessário realizar-se ou resolver-se sem demora, não admitir demora ou atraso; quando transitivo indireto indica solicitar com insistência, insistir; ser indispensável para; transitivo direto indica reclamar como necessário, exigir, requerer. O juízo de valor que ele sugere é a urgência de ações que exterminem as fraudes estabelecidas profundamente nas licitações e a revisão de contratos públicos que possibilitam brechas na lei. O jornal identifica o escândalo de corrupção na Petrobras como momento de se combater a corrupção em outras esferas da política.

Já o excerto (35) faz parte do artigo de opinião de Carlos Alberto Di Franco, cujo título é *Bravatas do jararaca*, com publicação em março de 2016.

(35) **Impõe-se**, para isso, que a sociedade, **sobretudo** a juventude, se vista de verde e amarelo e, saindo às ruas e praças deste Brasil democrático, alegre e tolerante, dê **um basta** às tentativas, **claras** e **despudoradas**, de inauguração do maior **bordel político** da nossa História. E, ao mesmo tempo, exija **mudanças legais profundas** que sejam capazes de **expurgar** a **corrupção institucional** que tanto nos envergonha. Chegou a hora do Brasil (DI FRANCO, 13/03/2016).

O verbo *impor* possui indica a modalidade de obrigatoriedade de tomada de posição, sobretudo, da juventude contra a corrupção e lavagem de dinheiro. No dicionário Houaiss (2010, p. 423), o verbo *impor* é apresentado como tornar obrigatório ou indispensável. Além disso, o advérbio *sobretudo*, no dicionário Houaiss 2010, p. 721), possui o significado de principalmente, ou seja, relaciona a mudança da sociedade como consequência da ação da juventude brasileira. Os dois termos combinados apresentam juízo de valor de insatisfação com o cenário político brasileiro. O jornal identifica a sociedade como sujeito modificador da realidade de corrupção brasileira. Além disso, identifica as instituições políticas de forma pejorativa, como ocorre em *bordel político*.

Os termos *claras e despidoradas* também assumem a classificação de locução adverbial e possuem juízo de valor, pois se referem as tentativas de instaurar um cenário político indesejável. Já a palavra *bordel*, é um substantivo com o significado de casa de prostituição e em conjunto com o adjetivo político, apresenta juízo de valor que faz referência ao estado da política brasileira. O substantivo *mudanças* indica transformação e relacionado à locução adjetiva *legais profundas* indica juízo de valor no que se refere à corrupção explícita do Brasil. Já o verbo *expurgar*, possui sentido de deixar puro e limpo, portanto apresenta uma valorização da política honesta. Já a palavra *corrupção*, segundo o dicionário Houaiss (2010, p. 204). Depravação de hábitos, costumes, etc.; devassidão. Em parceria com o adjetivo institucional, as palavras adquirem juízo de valor por se referirem a circunstância que se apresenta a política nacional.

Com respeito à categoria modalidade, constata-se que as formas como os autores se comprometem é uma parcela significativa de quem eles são. A modalidade se faz importante porque é a relação entre um texto de um autor e a representação. À medida que o comprometimento aumenta, há aumento também da auto identidade.

O segmento (36) faz parte do artigo de opinião de Amadeu Garrido de Paula, cujo título é *Cerveró arranha a espinha dorsal do governo*, publicado em janeiro de 2016.

(36) A Nestor Cerveró, **obviamente**, o governo acusado não **atribui** nenhuma credibilidade. É possível, sim, que delação premiada não contenha um grão de certeza. Porém, em direito a certeza **recebe** a contribuição da verossimilhança. Na avaliação das provas, os olhos **podem**

ser **perfeitamente** substituídos pela inteligência. Sob pena de termos de conviver com a impunidade (DE PAULA, 16/01/2016).

Os advérbios *obviamente* e *perfeitamente* modificam todo o significado do enunciado. São classificados como modalidade epistêmica, pois possuem comprometimento com a verdade do caso de corrupção na Petrobras exibidos pela delação de Nestor Cerveró e por ser uma afirmação da falta de confiabilidade do governo, refere-se à troca de conhecimento. Já os verbos destacados estão no presente do indicativo e, neste caso, indicam um acontecimento consumado. O jornal identifica Cerveró como desacreditado pelo governo acusado e possui um posicionamento contrário ao governo ao fazer uso das palavras *podem* e *perfeitamente*, pois o verbo poder no presente do indicativo sugere um fato consumado e o advérbio *perfeitamente* indica uma afirmação.

O excerto (37) faz parte do artigo de opinião de Zacarias Martins, cujo título é *Chega de jeitinho brasileiro*, com publicação em maio de 2015.

(37) Então, **precisamos urgentemente** mudar esse tipo de “cultura” danosa. Mas se por um lado é muito difícil inculcar nos adultos o verdadeiro conceito de ética, cidadania e outras virtudes, vamos trabalhar com as crianças, ensina-las de forma adequada, para que no futuro elas se transformem em verdadeiros cidadãos e cidadãs, consciente de seus direitos e deveres para com esta pátria chamada Brasil (MARTINS, 01/05/2015).

No fragmento (37) destaca-se o verbo *precisar* na primeira pessoa do plural do presente do indicativo. O modo indicativo possui um efeito de consumação de acontecimento, que não se pode discutir a ocorrência, aponta para o sentido de verdade inquestionável. Além disso, aponta para a modalidade de obrigatoriedade, necessidade em relação à corrupção na política brasileira. Já o advérbio de modo *urgentemente*, como modalidade epistêmica, intensifica a modalidade de obrigatoriedade em termos de rapidez para acabar com o que é denunciado pelo jornal. O jornal identifica a cultura de corrupção como danosa, colocando-se contra o esquema de corrupção na Petrobras. Ainda avalia a corrupção na Petrobras como indesejável pelo uso das palavras *precisamos urgentemente*.

O excerto (38) faz parte do artigo de opinião de André Marques, *Impeachment ou Golpe*, publicado em fevereiro de 2015.

(38) E se a deposição da Presidente ocorrer por um ato de força, **mesmo** que com aparente base jurídica, estará sendo dado um golpe de Estado, que poderá ser muito conveniente para um pequeno grupo de golpistas,

mas **será extremamente** danoso para todo o povo, significando a implantação de uma ditadura, com suas inevitáveis mazelas (MARQUES, 24/02/2015).

No excerto (38), a palavra *mesmo* modaliza em termos de concessão a jurisprudência para o processo de impeachment da presidente através da força. Já o advérbio, *extremamente*, atua em conjunto com o ver *será* e também como modificador da argumentação do enunciado. O jornal identifica o processo de impeachment desfavorável para toda a população.

Portanto, os excertos analisados apontam identificações nos artigos de opinião do Jornal do Tocantins, afirmam o posicionamento ideológico-discursivo defendido pelo jornal. As denúncias e as consequentes investigações do caso de corrupção na Petrobras são imputadas ao Partido dos Trabalhadores e ao ex-presidente Lula e à presidente Dilma Rousseff.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou identificar e analisar posicionamentos político-ideológicos do Jornal do Tocantins materializados em artigos de opinião, de 2015 e 2016, acerca das denúncias de corrupção na Petrobras. Além disso, o desenvolvimento desta pesquisa se fez necessário também pela inexistência ou poucas pesquisas no âmbito da Linguística, especificamente da Análise do Discurso Crítica, realizadas no estado do Tocantins, principalmente no que se refere às denúncias de corrupção na Petrobras. No âmbito da Linguística, a pesquisa também pode contribuir para o estudo de aspectos funcionais e sociais da língua, como a (re)construção de práticas sociais materializadas a partir de usos de língua. Já no âmbito do desenvolvimento de pesquisas do curso de Licenciatura em Letras do IFTO – *Campus* Palmas, esta pesquisa contribui não somente para o desenvolvimento de pesquisas em Linguística no *campus* Palmas como também contribui para realização de pesquisas na área da Análise do Discurso Crítica, o que até então ocorre em pequena produção. Nesse sentido, ao propor a partilha de novos conhecimentos entre professores e licenciandos, inspira-se o surgimento de outros estudos baseados e de mesmos pressupostos teóricos em pesquisas de cunho social.

A respeito das análises, cumpriu-se os objetivos da pesquisa. No significado acional, foi identificado no corpus a padronização que identifica todos os textos como gênero artigo de opinião. As estruturas textuais representaram o pré-gênero argumentação e exposição, auxiliando na composição do gênero. A respeito da intertextualidade, foram identificadas as vozes apresentadas em cada artigo que se posicionaram de forma contrária ao esquema de corrupção e a todos os investigados na operação Lava Jato.

Quanto ao significado representacional, a categoria significado de palavras possibilitou a identificação de posicionamentos político-ideológicos do Jornal do Tocantins em artigos de opinião acerca da operação Lava Jato. Os posicionamentos contra o esquema de corrupção, contra os investigados na operação Lava Jato, contra o partido PT e contra os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff. Dessa forma, os artigos de opinião retratam a articulação e desarticulação que ocorreu com as denúncias de corrupção na Petrobras de poderes, no que se

refere aos poderes que constituem o Estado. Já a interdiscursividade exibiu os discursos sustentados pelo Jornal do Tocantins, posicionamentos que se colocam contrários ao esquema de corrupção na Petrobras e contra os envolvidos no sistema de corrupção, no que diz respeito aos membros de diversos partidos políticos e de empresas.

Já a análise do significado identificacional apontou posicionamentos contrários ao sistema de corrupção que manifestaram comprometimento e relevância ou irrelevância por parte dos autores, que representam identificações de certa forma, do Jornal do Tocantins. Dessa forma, os leitores se posicionam de maneira contrária ao esquema de corrupção e favor das investigações, assim o jornal apresenta um posicionamento adequado em relação ao caso, pois o esquema de corrupção na Petrobras milhares de milhões do dinheiro público.

Sendo assim, os posicionamentos ideológicos do Jornal do Tocantins se revelam contrários ao sistema de corrupção que serviu para movimentar recursos ilícitos que desviavam dinheiro público da Petrobras e também caracteriza o governo do partido PT, período que compreende as presidências de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, como responsável pela existência e manutenção do sistema. Os posicionamentos discursivos do Jornal do Tocantins se mostram contrários a todos os envolvidos e investigados no caso de corrupção na Petrobras.

Além disso, há uma insistência em acusar o governo do PT e seus aliados pela existência e conservação do sistema de corrupção na Petrobras, o que se torna claro ao não chamar atenção para o período em que se deu início o esquema de desvio de dinheiro público, que corresponde ao governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Isso fica evidente na existência de apenas um artigo que faz alusão ao envolvimento do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Ademais, não é mencionado envolvimento de outros investigados filiados a outros partidos que não sejam do PT, como é o caso do PP (Partido Progressista), PSB (Partido Socialista Brasileiro), DEM (Democratas) e PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Sobre isso, o objetivo foi cumprido, pois identificou-se o posicionamento discursivo-ideológico da imprensa tocantinense a respeito das denúncias de corrupção na Petrobras.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CINTRA, Marcos. **Reforma de iniciativa popular**. Jornal do Tocantins: 2015. Disponível em: <<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/opiniaio/tend%C3%AAs-ideias-1.456291/reforma-de-iniciativa-popular-1.833697>>. Acesso em: 27 nov. 2016.
- DE PAULA, Amadeu Garrido. **Cerveró arranha espinha dorsal do governo**. Jornal do Tocantins: 2016. Disponível em: <<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/opiniaio/tend%C3%AAs-ideias-1.456290/cerver%C3%B3-arranha-a-espinha-dorsal-do-governo-1.1023012>>. Acesso em: 27 nov. 2016.
- DI FRANCO, Carlos Alberto. **Bravatas da jararaca**. Jornal do Tocantins: 2016. Disponível em: <<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/opiniaio/tend%C3%AAs-ideias-1.456289/bravatas-da-jararaca-1.1051309>>. Acesso em: 27 nov. 2016.
- FAIRCLOUGH, N.. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- _____. FAIRCLOUGH, N.. **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.
- HALLIDAY, M. A. K.. **An Introduction to Functional Grammar**. 3nd edition. London: Arnold, 1994.
- HOUAISS, A. **Minidicionário da Houaiss da língua portuguesa**. 4 ed. rev. E aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- KRAMER, Dora. **Sob o signo de mercúrio**. Jornal do Tocantins: 2015. Disponível em: <<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/opiniaio/dora-kramer-1.456288/sob-signo-de-merc%C3%B3rio-1.772628>>. Acesso em: 27 nov. 2016.
- MARCUSCHI, L. A.; **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MEURER, J. L.; BONINI, A. MOTTA-ROTH, D. **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R.. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.
- LIMA, Abraão. **Dilma vive seu inferno astral**. Jornal do Tocantins: 2015. Disponível em: <<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/opiniaio/tend%C3%AAs-ideias-1.456289/dilma-vive-seu-inferno-astral-1.778796>>. Acesso em: 27 nov. 2016.
- MARQUES, André. **Golpe ou Impeachment**. Jornal do Tocantins: 2015. Disponível em: <<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/opiniaio/tend%C3%AAs-ideias-1.456290/golpe-ou-impeachment-1.788259>>. Acesso em: 27 nov. 2016.
- MARTINS, Zacarias. **Chega de jeitinho brasileiro**. Jornal do Tocantins: 2015. Disponível em: <<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/opiniaio/tend%C3%AAs-ideias-1.456290/chega-do-jeitinho-brasileiro-1.840381>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

OLIVEIRA, Ataídes. **Impeachment à luz da lei**. Jornal do Tocantins: 2016. Disponível em: <<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/opinio/tend%C3%AAs-ideias-1.456289/impeachment-%C3%A0-luz-da-lei-1.1076519>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

PEZZA, Célio. **Catilinárias**. Jornal do Tocantins: 2015. Disponível em: <<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/opinio/tend%C3%AAs-e-ideias-1.456291/catilin%C3%A1rias-1.1011117>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

RAMALHO, V.; RESENDE, V.. **Análise de discurso (para a crítica)**: o texto como material de pesquisa. Campinas, SP: Pontes, 2011.

RESENDE, V.; RAMALHO, V.. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, C. A. L. de. **Discursividades em um plano de desenvolvimento agrário**: facetas de práticas sociais (re)produzidas. Brasília: 2015.

SPINK, P. K.. **Ética na pesquisa científica**. GV Executivo, 2012.v. 11, p. 38-41.

TORQUATO, Gaudêncio. **A hora é de corte**. Jornal do Tocantins: 2015. Disponível em: <<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/opinio/tend%C3%AAs-e-ideias-1.456290/a-hora-%C3%A9-de-corte-1.794674>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

7. ANEXOS

ANEXO A – KRMAER, D. Dilma vive seu inferno astral. Jornal do Tocantins, 12 de fevereiro de 2015

De Itamar Franco dizia-se que era um presidente da República mercurial: tomava decisões de acordo com o que lhe aconselhava o temperamento. A sorte para o País é que sabia ouvir. Em momento crucial, soube escolher e ceder a conselheiro mais ponderado para permitir o início de um processo que levou o Brasil ao prumo.

O mesmo já não se pode dizer da presidente Dilma Rousseff que, exibindo característica semelhante de alterações abruptas de humor, não abre mão do uso da irritação pessoal como critério para tomada de decisões. Trata-se de uma temperamental convicta. E inflexível ao limite da insensatez.

Exemplos do método confuso, desprovido de lógica, errático e não raro de resultados desvantajosos para o governo não faltam. Foram vários ao longo dos últimos anos. Vamos, no entanto, nos ater aos dois últimos, começando pelo mais recente, o comentado afastamento de Graça Foster da presidência da Petrobras.

Ninguém discorda, aliás, era quase unanimidade que a atual diretoria da empresa havia perdido há muito as condições objetivas e subjetivas para seguir no comando. A Procuradoria-Geral da República havia aconselhado o afastamento coletivo e a própria Graça Foster, como é de conhecimento geral, pedido à presidente diversas vezes para sair.

Dilma negou, manifestando sempre total confiança na lisura da executiva e amiga. Portanto, imaginasse que a presidente queria evitar que demissão fosse interpretada como suspeição do envolvimento (por ação ou omissão) de Graça no esquema de corrupção da Petrobras. Uma escolha desgastante, mas uma escolha.

Agora circula no governo a notícia de que Dilma Rousseff mudou de ideia. Por quê? Como é de praxe, ninguém no Palácio do Planalto se sente na obrigação de dar uma explicação clara. Nega-se no oficial e no paralelo prosperam as versões. Fica a suposição de que o motivo seja a dita “irritação” da presidente com a divulgação do balanço (não auditado) da companhia onde se revelava a perda de R\$ 88,6 bilhões em ativos.

Segundo consta, Dilma considerou os números “descabidos”, “mal calculados” e, por isso, não deveriam ser dados a conhecer. De onde, talvez, a decisão de substituir Graça Foster. Algumas coisas não combinam nessa história: se houve erro de cálculo, não seria o caso de corrigir e divulgar o número correto? Quem deu o respaldo para a divulgação? Ou não houve respaldo? Se não houve, ocorreu evidente descontrole de informação e, por consequência, de administração, de governança.

Resta ainda a hipótese de o balanço ter sido mero pretexto para justificar uma decisão que já se desenhava óbvia até pela própria atingida, mas que a presidente insistia em não tomar sabe-se lá qual a razão. Teimosia? Dificuldade de perceber as circunstâncias, de reconhecer equívocos?

Se o plano era para demitir a presidente da Petrobras, não se justifica a demora. Politicamente, o que Dilma ganhou foi ver a oposição e o PMDB ontem comemorando por interpretarem o desfecho como derrota dela, considerando o aval anterior à permanência da amiga.

Para efeito do escândalo em si, a saída de Graça não muda nada, pois os desdobramentos dependem da Justiça. Há como demonstrado pela reação do mercado, imediatos de percepção para a empresa, embora não se saiba ainda o que vem pela frente. Isso inclui o decorrer das investigações e o processo de escolha da troca de comando da Petrobras. Este não afastado do risco de ser conduzido sob o signo de mercúrio.

Aqui volto ao segundo dos dois exemplos recentes, citados no início, do critério de irritação aplicado pela presidente a decisões de governo: a derrota para Eduardo Cunha na Câmara. Obra de sua “irritação” com o deputado que virou presidente.

ANEXO B – LIMA, A. Dilma vive seu inferno astral. Jornal do Tocantins, 12 de fevereiro de 2015

No momento em que o governo do PT comemorava os 35 anos de fundação do partido, em Belo Horizonte (MG), a inflação anual atingiu 7,14% a maior em doze anos bem acima do teto da meta de 6,5%, causada pelo aumento dos preços dos alimentos, habitação, energia e tarifas de ônibus; a indústria tem queda anual de 3,2%; somado a 0,1% de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados do IBGE. As ações da Petrobras caem quase 7% no Brasil e mais de 8% em

Nova York. A estatal perde R\$ 8,5 bilhões em um único dia e o dólar vai a R\$ 2.778, o maior valor desde dezembro de 2004. Essa variação do câmbio reafirma a fortaleza da economia norte-americana e a fragilidade da recuperação da brasileira. Enquanto isso o Fundo Monetário Internacional (FMI) recomenda que o país ajuste as contas públicas, aumente os investimentos em infraestruturas e promova reformas estruturais; dado o grande déficit público e a inflação alta. A crise levou a presidente Dilma ao seu inferno astral e se agravou com a criação de nova CPMI na Câmara dos Deputados para investigar o escândalo da Petrobras que desviou R\$ 88,8 bilhões. A tendência é de aprofundar com o escândalo envolvendo o ex-gerente de Serviços da Petrobras, Pedro Barusco, em delação premiada, afirmou que o PT recebeu de propina um montante de US\$ 200 milhões por meio do esquema de corrupção na Petrobras. Supostamente, em dez anos (2003 a 2013). Os desvios ocorreram em 90 grandes contratos da Petrobras nesse período. Em seu depoimento, Barusco afirma que Vaccari arrecadou entre US\$ 150 milhões e US\$ 200 milhões em propinas para o partido a partir de porcentagens cobradas de 1% a 2% do valor de contratos da estatal firmados por quatro diretorias além da de Serviços, a de Abastecimento, Gás e Energia e Exploração e Produção. O partido ficava sempre com metade do percentual arrecadado ilegalmente. Das 26 empresas que Barusco apontou como integrantes do esquema, a maioria é de fachada. Elas foram usadas para fazer circular dinheiro ilícito por meio de emissão de notas fiscais sobre serviços e consultorias não realizados. Em um único endereço em São Paulo “funcionavam” sete empresas do esquema. O ex-gerente revelou ter sido montado esquema de propinas em outras áreas da estatal, como a construção de sondas de perfuração em alto mar, por estaleiros contratações que envolveram US\$ 22 bilhões.

Há dois anos a Petrobras estava avaliada em US\$ 328 bilhões, hoje, esse valor caiu para US\$ 128 bilhões. A dívida da empresa que era de US\$165 bilhões passou para US\$ 300 bilhões. Todos os analistas convergem para uma conclusão: a capacidade da Presidente Dilma de criar confusão é infinita, num momento tão delicado do governo, ela optou em nomear para a Presidente da Petrobras uma pessoa investigada pelo Ministério Público. A oposição ironizou: “não conseguindo alguém de fora do governo que se dispusesse a ser sócio do maior escândalo de corrupção da história contemporânea, restou à presidente buscar dentro do próprio governo o novo presidente”. Tudo o que se esperava era um nome técnico, limpo, para por fim

a corrupção que sugou quase US\$ 90 bilhões do caixa da petroleira. Mas Dilma preferiu Aldemir Bendine, ligado ao PT, cuja maior missão será blindar o governo politicamente. Bendine chega ao posto no pior momento da história da Petrobras, com seu valor de mercado significativamente reduzido. Veio para evitar que as investigações respinguem o mínimo possível no governo. Técnicos do Banco Central do Brasil estão vasculhando, com lupa, os empréstimos concedidos pelo sistema financeiro às construtoras pegadas na Operação Lava Jato. Há o temor de que a onda de quebra de dessas empresas leve junto uma série de bancos. Vários analistas veem no horizonte a possibilidade de risco sistêmico. As empreiteiras devem pelo menos R\$ 141 bilhões às instituições financeiras.

ANEXO C – MARQUES, A. Golpe ou Impeachment. Jornal do Tocantins, 24 de fevereiro de 2015

Nas últimas semanas vivemos sob diversas maneiras acerca de um possível impeachment. Diante disso indagamos: A presidente Dilma Rousseff pode sofrer uma proposta de impeachment? Provável é que se vivêssemos em um país parlamentarista a presidente fosse primeira ministra, já teria caído. Mas, no presidencialismo, aqui no Brasil não é assim.

Forçar a Presidente da República a deixar o cargo antes do prazo de vencimento do mandato recebido do povo é ato de extrema gravidade, que, mesmo quando praticado com rigorosa obediência aos preceitos constitucionais e legais, acarreta grave perturbação na vida do Brasil. E se a deposição da Presidente ocorrer por um ato de força, mesmo que com aparente base jurídica, estará sendo dado um golpe de Estado, que poderá ser muito conveniente para um pequeno grupo de golpistas, mas será extremamente danoso para todo o povo, significando a implantação de uma ditadura, com suas inevitáveis mazelas.

O amparo jurídico de pleitear a destituição da Presidente da República está expressamente pontuado na Carta Maior, no artigo 85, sendo visualizado de forma genérica dos crimes de responsabilidade. Se o Presidente da República cometer algum desses crimes poderá ser destituído por decisão do Congresso Nacional, obedecidos aos procedimentos que a própria Constituição estabelece. A lei especial que trata especificamente dos crimes de responsabilidade é a Lei Federal nº 1079, de 10 de abril de 1950, que, segundo opinião unânime dos juristas, foi recepcionada pela Carta de 1988.

Existem dois requisitos fundamentais que devem ser observados para dar consistência jurídica a um pedido de destituição do Presidente da República por ter praticado um crime de responsabilidade, como pontua o artigo 85 da Constituição: o primeiro ponto é que a base fática indispensável para tornar viável um pedido dessa natureza é que se apontem, como fundamento, atos do Presidente da República. Isso está expresso na Constituição e seria evidentemente inconstitucional um processo de impeachment que se fundamentasse em atos ou omissões ocorridos quando, anos atrás, Dilma Rousseff ocupava um cargo na direção da Petrobras. Outro ponto é que por disposição expressa da Lei 1079, que define os crimes de responsabilidade, outra hipótese de configuração da prática de crime de responsabilidade é o fato de não tornar efetiva a responsabilidade de seus subordinados, ou seja, dos subordinados da Presidência da República. Como é público e notório, a Presidente Dilma Rousseff, tão logo informada das acusações de corrupção na Petrobras, determinou que fossem adotadas providências rigorosas visando esclarecer os fatos e punir os eventuais culpados.

Registra-se que em nosso presidencialismo, dizer uma coisa na campanha eleitoral e fazer o oposto no poder não é motivo para se abrir um processo de impeachment e muito menos imperícia administrativa. A incompetência, muito menos. Quando muito, podem gerar controvérsias, impopularidade e afins. Já a negligência, quando comprovada, a conversa é outra.

Sem mais delongas, é importante que se saiba que desde a posse da Presidente Dilma Rousseff para exercer o primeiro mandato presidencial até agora já foram protocolados na Câmara dos Deputados, que é por onde deve começar o processo, doze pedidos de impeachment. Em todos esses casos os pedidos foram examinados por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados, como previsto em seu regimento, tendo sido proposto por ela e decidido pelo plenário o arquivamento de todos eles, por absoluta falta de fundamento legal. Se agora for apresentado um novo pedido, como tem sido ansiosamente sugerido por altos dirigentes do PSDB, e se esse pedido tiver a pretensão de se basear na fundamentação jurídica acima referida, certamente haverá mais um arquivamento, em obediência às disposições constitucionais e para preservação da ordem jurídica democrática no Brasil. Assim, pois, a ameaça de pedido de impeachment não deve

ser levada a sério, não merecendo ser tratada como possibilidade real, mas sim como simples desabafo de maus perdedores tentando manter-se em evidência.

ANEXO D – TORQUATO, G. A hora é de corte. Jornal do Tocantins, 4 de março de 2015

Zaratustra, o protagonista que Nietzsche criou para dar unidade moral ao cosmo, vivia angustiado à procura de novos caminhos, novas falas, novos desafios. Em seu solilóquio, recitava: “Não quer mais, o meu espírito, caminhar com solas gastas.” Decifrador de enigmas, arrumou a receita para as grandes aflições: “Juntar e compor em unidade o que é fragmento, redimir os passados e transformar o que foi naquilo que poderá vir a ser.”

A imagem do controvertido filósofo alemão, na fábula em que apresenta o famoso conceito de eterno retorno, cai como uma luva no atual ciclo de nossa democracia representativa, hoje assolada por uma avalanche de críticas e denúncias. A analogia aponta para a inexorável alternativa que resta à base parlamentar: compor novos arranjos para a orquestra institucional, construir uma ponte para o futuro, reencontrar-se com as massas e resgatar a esperança perdida. Deputados e senadores estão também no fundo do poço da descrença.

O Brasil expande a imagem de gigantesca delegacia de polícia. Todos os dias, chovem detalhes sobre a corrupção na Petrobras. A esfera política enerva-se com a possibilidade de ver muitos de seus atores envolvidos no propinoduto da petroleira. A interrogação está no ar: onde tudo isso vai desaguar? Setores organizados se mobilizam para mobilizar seus “exércitos”. O ex-presidente Lula veste a roupa de guerrilheiro, indicando que as tropas do comandante João Pedro Stédile acorrerão às ruas para defender a empresa que já foi símbolo do orgulho nacional. O ambiente é tenso. O que pode ser feito para suavizar a situação?

A bola está no campo do Congresso. Os presidentes da Câmara e do Senado prometem cortar as gorduras do Parlamento. Vamos esperar. A descrença na instituição política bate no fundo do poço e a sociedade quer ver exemplos partindo de cima. A tarefa de passar o Brasil a limpo, convenhamos, requer arrojo para enfrentar dissabores, a partir das pressões endógenas. Só alcançará resultados caso os atores institucionais se comprometam a extirpar os tumores da administração pública. Promessa que fica no discurso.

A praga dos privilégios continua a se espalhar pela res pública. As estruturas dos Poderes geram apreciável PIB negativo, comandado pelo compadrio político. O Custo Brasil eleva-se às alturas. Apadrinhados se aboletam no cobertor público, a partir dos pequenos municípios. O custo da ineficiência invade as malhas de Executivos, Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas. Forma-se uma teia de acomodação e inércia. A gestão chega próxima a zero em matéria de resultados. O Estado é visto pela população como um ente paquidérmico, sonolento e caro. Junte-se à pasmaceira o colchão do distributivismo, que expande o regime de bolsas na tendência de perpetuar a miséria. O que sobra de imagem? O retrato de uma árvore que não gera frutos. Ou gera frutos impróprios ao consumo.

Cabe ao Parlamento, nesse momento, uma chamada geral à responsabilidade. E uma palavra de ordem: transparência total. De que adianta tampar buracos nas cúpulas côncava e convexa do Congresso Nacional, mas deixar abertas as crateras de outros palcos? Urge acabar com as falcatruas das licitações de cartas marcadas. Que o petrolão sirva de exemplo aos que prestam serviços ao Estado em todas as instâncias. Chegou a hora de focar a lupa na engenharia de artifícios, evitando que malandros e oportunistas entrem sorrateiramente nos cofres do Tesouro. Cuidado com as empresas-laranja e a abertura de contas em paraísos fiscais. Urge rever contratos públicos em andamento.

Ao Ministério Público, cabe a missão de defender a sociedade e investigar os desmandos de pessoas físicas e jurídicas. Que cumpram sua missão sem estardalhaço. Precisamos de um Judiciário recatado, com juízes menos falantes e comprometidos com o escopo da justiça. O Estado-Espetáculo tem aberto suas comportas nos espaços nacionais, fabricando espelhos de narciso para a autocontemplação de autoridades que costumam trocar a liturgia do poder pelo desfile na avenida.

Todo esforço deve ser empreendido para equilibrar freios e contrapesos entre os Três Poderes, preservando-se a arquitetura traçada pelo barão de Montesquieu. Não basta dizer que nossas instituições estão sólidas. Elas precisam, isso sim, resgatar a crença social. Só há um caminho: fazer as reformas. A reforma política é necessidade urgente e premente. Se a gestão pública não passar por cirurgia profunda, a esfera privada (que os gregos chamam de oikos), continuará a invadir a

esfera pública (koinon). A fome de uns poucos não pode devorar o cardápio que pertence a todos.

ANEXO E – CINTRA, M. Reforma de iniciativa popular. Jornal do Tocantins, 24 de março de 2015

Em meio ao maior escândalo de corrupção da história brasileira, configurado pelos desvios de dinheiro na Petrobras, voltamos a falar na tão esperada reforma política. Pressionada pelo elevadíssimo índice de rejeição popular, a presidente Dilma diz que a medida requer um “grande pacto” da sociedade. Já o Congresso, na figura do presidente do Senado, Renan Calheiros, afirma que há muita dificuldade em leva-la adiante porque não há consenso entre os partidos no tocante ao modo como deve ser seu encaminhamento. Em Brasília um grande movimento popular está sendo organizado em defesa de mudanças na política, mas seu foco é o financiamento das campanhas.

Primeiramente cabe afirmar que o Brasil vive um momento de turbulência que deveria ser aproveitado para avançarmos em termos de uma ampla e profunda reforma política. A população está extremamente insatisfeita com os rumos que o país tomou no âmbito da gestão pública e da ética. Medidas de grande envergadura com o objetivo efetivo de combater a corrupção e modernizar a administração teriam enorme aceitação das entidades organizadas e das pessoas em geral. Ocorre que é difícil imaginar uma reforma nessa linha partindo do Executivo, uma vez que o atual governo está desmoralizado, foi o disseminador da roubalheira na Petrobrás e jamais se interessou em avançar em relação a mudanças capazes de combater vícios deletérios que ao longo dos anos seguiram destruindo as historicamente frágeis instituições nacionais. A presidente Dilma fala em “grande pacto”, mas o que isso significa objetivamente e qual é a reforma política que o PT defende?

No Congresso também é difícil surgir algo positivamente impactante. O argumento do presidente do Senado é, em parte, compreensível. Em qualquer lugar do mundo há divergências políticas. Porém, um líder político deve ser capaz de encaminhar propostas que estejam de acordo com as demandas da sociedade. O brasileiro deseja mudanças efetivas na política e o Congresso deveria encaminhá-las. Não é esse o papel daquela Casa? Com base no argumento de Renan Calheiros, devemos nos conformar? Já que não há consenso entre os parlamentares, o jeito é deixar tudo como está?

Em relação aos movimentos que clamam pela reforma política com ênfase no financiamento de campanha cabe chamar a atenção para o fato de que esse é apenas um aspecto. O país precisa de um projeto amplo que envolva também o voto distrital, a limitação da remuneração dos ocupantes de cargos eletivos, a abertura automática dos sigilos fiscal e bancário de candidatos, a proibição de indicações políticas para cargos no governo e em estatais e a vedação de reeleição no Executivo e no Legislativo.

Uma sugestão plausível para o encaminhamento de uma reforma política de grande envergadura poderia ser o seu encaminhamento através de um projeto de iniciativa popular, tal como foi feito na Lei da Ficha Limpa, que foi um avanço para o processo de moralização da política nacional e que jamais seria apresentada pelos políticos.

Vindo de um projeto da sociedade organizada, a reforma política poderia ser uma saída para termos um país respeitado mundialmente, mais eficiente e eficaz no tocante à gestão governamental e descente em termos éticos. É uma alternativa que deveria ser levada a sério, já que se depender do Congresso e do atual governo a esculhambação vai seguir adiante.

ANEXO F – MARTINS, Z. Chega de jeitinho brasileiro. Jornal do Tocantins, 1 de maio de 2015

Aquela frase antológica dita pelo ex-presidente Lula: “Nunca antes na história deste País...” , nunca foi tão atual como agora.

E pegando carona nessa frase de Lula, toma a liberdade de fazer algumas desprezíveis considerações acerca do momento político-criminal em que o País atravessa.

Nunca antes na história deste País vi tantas personalidades do mundo político nacional envolvidas em tantos golpes de corrupção. Até parece uma disputa acirrada para garantir registro no Guinness o famoso livro dos recordes.

Tais personalidades, de uma hora para outra, passaram a ser frequentadores assíduos das cadeias da Polícia Federal, pois precisam explicar, entre outras coisas, o aumento considerável em seus patrimônios em tão pouco tempo.

Lá pras bandas da Petrobras, até então, o maior patrimônio do povo brasileiro, as coisas andam, assim, como diria, afrodescendente (para não ser acusado de racismo).

E o engraçado é que todos os envolvidos na corrupção que se instalou na Petrobras, ao serem chamados para depor, principalmente, em alguma comissão do Congresso nacional, aparecem como pessoas impolutas, com estampa lustrada, como se tivesse usado óleo de peroba na venta!

É público e notório que a roubalheira não vem de agora. Falta abrir, por exemplo, a caixa-preta do BNDES e outros órgãos governamentais estratégicos para o país. São órgãos que, grosso modo, seus dirigentes são políticos ou foram indicados por critérios políticos. E há até disputas acirradas, nos bastidores, para a ocupação desses cargos, tal qual urubu faminto em cima da carniça.

Constata-se, infelizmente, que a corrupção está entranhada na cultura brasileira. Ela se tornou tão presente no nosso dia a dia, que muitas vezes a praticamos sem perceber.

O tal do jeitinho brasileiro é a corrupção institucionalizada mais frequente que existe entre nós. Somos corruptos quando furamos o sinal vermelho no trânsito; quando levamos o troco errado e não devolvemos. Somos corruptos quando votamos num político em troca de algum favor. Somos corruptos todas as vezes que fazemos algo para nos darmos bem, sem nos preocuparmos se isso vai prejudicar alguém.

Então, precisamos urgentemente mudar esse tipo de “cultura” danosa. Mas se por um lado é muito difícil incutir nos adultos o verdadeiro conceito de ética, cidadania e outras virtudes, vamos trabalhar com as crianças, ensina-las de forma adequada, para que no futuro elas se transformem em verdadeiros cidadãos e cidadãs, consciente de seus direitos e deveres para com esta pátria chamada Brasil.

Apesar dos pesares, sou um otimista. Acredito em mudanças para um país melhor. Para isso, procuro fazer a minha parte. Sinto uma aurora de esperanças pairando sobre todos nós. Não dizem que Deus é brasileiro? Pois bem: continuo com minha fé inabalável no Criador do Universo. E que Ele nos dê forças para continuarmos lutado por um Brasil honesto, solidário e fraterno. Eu ainda acredito que isso é possível.

ANEXO G – PEZZA, Célio. Catilinárias. Jornal do Tocantins, 24 de dezembro de 2015

A Polícia Federal, junto com o Ministério Público, deu início, no dia 15 de dezembro, à Operação Catilinárias, para cumprir mandatos de busca e apreensão expedidos pelo Supremo Tribunal Federal referentes a processos instaurados em continuação à Operação Lava Jato sobre a corrupção na Petrobras.

As buscas foram na residência do presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha; do Ministro da Ciência e Tecnologia Celso Pansera; do ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves; do senador Edison Lobão, ex-ministro de Minas e Energia; do deputado federal Aníbal Gomes e muitos outros parlamentares pelo Brasil, na grande maioria do PMDB.

Interessante sabermos de onde saiu o nome dessa operação. As Catilinárias são uma série de quatro discursos que o cônsul romano Marco Túlio Cícero fez em 63 a.C., contra o senador Lúcio Sérgio Catilina, que pretendia dissolver o Senado e tomar o poder em Roma. Ao saber dos planos do senador, Cícero convocou uma reunião no Senado e deu início aos seus discursos famosos. Após ser desmascarado, Catilina se afastou do senado, armou um exército rebelde e acabou morrendo no ano seguinte, pelas forças romanas leais ao senado romano. Partes do célebre discurso de Cícero ao Senado diziam o seguinte:

Até quando, ó Catilina, abusarás da nossa paciência?

Por quanto tempo a tua loucura há de zombar de nós?

A que extremos se há de precipitar a tua desenfreada audácia?

Nem a guarda do Palatino, nem a ronda noturna da cidade, nem os temores do povo, nem a afluência de todos os homens de bem, nem este local tão bem protegido para a reunião do Senado, nem o olhar e o aspecto desses senadores, nada disto conseguiu perturbar-te?

Não te dás conta que os teus planos foram descobertos?

Não vês que a tua conspiração a têm já dominada todos estes que a conhecem? Quem, dentre nós, pensas tu que ignora o que fizeste na noite passada e na precedente? Onde estiveste, com quem te encontraste, que decisão tomaste? Oh

tempos, oh costumes! O Senado tem conhecimento destes fatos e o cônsul tem-nos diante dos olhos!

Mais de 2 mil anos se passaram, mas o discurso permanece vivo e atual. Hoje temos uma infinidade de 'Catilinas', políticos mentirosos, corruptos e que só andam atrás do poder. Como diria Cícero nos dias de hoje:

'Até quando, corrupto, abusarás da nossa paciência? Até quando?'

ANEXO H – DE PAULA, A. G; Cerveró arranha a espinha dorsal do governo. Jornal do Tocantins, 16 de janeiro de 2016

A testemunhal é a prostituta das provas, diz-se no fórum. Delação premiada, por consequência, a prostituta remunerada pelo Estado. Não obstante, o instituto foi essencial para limpar outras plagas de pragas "políticas". A Itália é exemplo. A corrupção criada sob o manto do poder só pode corresponder heterodoxia semelhante. A seguir o ramerrão de métodos judiciais tradicionais e "garantistas", os atos oriundos de corrupção ficariam soterrados desde seus idos às calendas gregas. A Nestor Cerveró, obviamente, o governo acusado não atribui nenhuma credibilidade. É possível, sim, que delação premiada não contenha um grão de certeza. Porém, em direito a certeza recebe a contribuição da verossimilhança. Na avaliação das provas, os olhos podem ser perfeitamente substituídos pela inteligência. Sob pena de termos de conviver com a impunidade. A delação de Cerveró tem lógica granítica e abala personagens centrais do poder: Lula, Dilma, Renan e Collor. Lula o nomeou para a Diretoria de Serviços da BR Distribuidora. Gratidão por haver colaborado à quitação de empréstimo de R\$ 12.000.000,00 feito ao PT para duas finalidades malcheirosas: calar, em Santo André, o chantagista Renan Maria Pinto, por R\$ 6.000.000,00. Nas circunstâncias esteve envolvido o torpe homicídio de Celso Daniel. A outra metade da laranja podre foi lançada em Campinas, onde, também, foi assassinado um prefeito. Obter um empréstimo pode ser simples, sobretudo por quem tem poder; resgatá-lo é que são elas. No ponto, Cerveró foi decisivo sob o modo de atribuir a uma empresa gêmea do Banco concedente do empréstimo, a Sachin Engenharia, a contratação para operação do navio-sonda da Petrobrás, o Vitória 10.000. Qualquer semelhança entre o nome do navio e os fatos é mera coincidência. No meio da embromação entrou como interposta pessoa José Carlos Bumlai, pecuarista amigo siamês de Lula, que ingressava no Planalto como se fora seu celeiro. Hoje preso, perdeu a outrora

irrestrita liberdade. Não ficou por aí, nesse lodaçal específico da Petrobrás, as diatribes do ex-Presidente. Segundo o delator, para obstar a explosiva comissão parlamentar de inquérito sobre a Petrobrás, Lula removeu da empresa e realocou no Senado José Eduardo Dutra, falecido em 2015, de transição fácil entre os parlamentares, personagem adequada aos acordos, a exemplo de Delcídio Amaral.

Escandalosamente, para quem ouviu Lula tonitruar increpações no Vale do Anhangabaú contra Fernando Collor para "golpeá-lo" com a ajuda dos cara-pintadas, o insigne metalúrgico atribuiu poderes amplos e irrestritos a seu figadal inimigo de outros tempos para mandar e desmandar na BR Distribuidora. Cerveró foi alertado disso diretamente na Casa da Dinda. A Presidente Dilma Roussef apoiou a ilimitada sinecura concedida ao alagoano. Em desabafo a Cerveró, Renan Calheiros confirmou a generosa benesse: por isso é que a candidatura de Collor, naturalmente inviável, deslanchara. A fé e o dinheiro removem montanhas. A moeda de troca foi o alinhamento absoluto e incondicional do triste PTB à oposição à comissão de inquérito sobre a Petrobrás. A personagem das Alagoas, caçador de marajás, voltou ao poder como um semideus mitológico. Renan reclamou de não estar sendo agraciado como os demais; porém encontrou, lá mesmo ou alhures, os milhões de reais que elegem os políticos brasileiros.

Tanto veneno necessitava de um antídoto. Cerveró, servindo a alguém, aplicou canhestramente um ineficaz: corrupção na Petrobrás, também, no já lonquínquo governo de Fernando Henrique Cardoso, sem indicação de nomes e fatos concretos, como os acima reproduzidos.

ANEXO I – DI FRANCO, C. A. Bravatas da jararaca. Jornal do Tocantins, 13 de março de 2016

Escrevo este artigo antes das manifestações marcadas para hoje, dia 13 de março. Espero que tenham sido pacíficas, e não contaminadas por grupos interessados em semear violência para aprisionar os sentimentos da sociedade e inibir protestos democráticos legítimos. O que quer que tenha acontecido, caro leitor, ninguém conseguirá silenciar o grito de indignação do brasileiro honrado e trabalhador, mas profundamente revoltado com a gangue mafiosa que tomou conta do Estado brasileiro.

A operação Aletheia, que levou Lula a depor à PF, tem na mira “organização criminosa infiltrada dentro do governo federal que se utilizava da Petrobras e de outras empresas para financiamento político e também para apropriação pessoal”. Essa “organização criminosa”, segundo o procurador Carlos Fernando Santos Lima, “certamente tem um comando”. Todo o Brasil sabe quem é o chefe da quadrilha.

Lula está aprisionado no labirinto das suas mentiras e do seu cinismo. Briga contra os fatos. Mas a verdade está gritando na seriedade da democracia e no coração dos brasileiros. Sua defensiva conclamação à violência e seu deboche pelas instituições pegou muito mal. De fato, Lula nada explicou. Nada disse que ajudasse os brasileiros a entender porque recebeu milhões de reais de empresas condenadas por esquemas de corrupção na Petrobras e de lobistas traficantes de medidas provisórias no seu governo. O mito está derretendo.

E a presidente da República? Dilma Rousseff está agonizando, isolada no seu desligamento da realidade, na sua arrogância, no desgoverno provocado por sua incompetência, enrolada no cipó de suas mentiras. Delcídio Amaral pôs a boca no trombone. O material divulgado pela revista Isto É é explosivo. É a ponta do iceberg. Delcídio acusa Dilma e seu padrinho de saber da existência do petrolão, de agir para mantê-lo em funcionamento e de atrapalhar a apuração do esquema de corrupção na Petrobras. Dilma Rousseff é uma peça pequena, quase inexpressiva, de uma engrenagem perversa de perpetuação do poder e de pilhagem do dinheiro público montada pelo ex-presidente Lula e pelo PT. Mas fez a sua parte e deve ser responsabilizada por suas ações.

A máquina lulopetista começa a ranger graças ao excelente trabalho técnico de um jovem magistrado, ao respaldo investigativo da imprensa e ao maciço apoio da sociedade brasileira. Dilma desceu ao fundo do poço. Na prática, ela já não consegue exercer nenhum poder. Há um vazio de governo. Dilma, de fato, já é passado. E Lula, o criador, escorrega com ela. O ex-presidente está tenso. Assombra-o, sobretudo, o avanço da operação Lava Jato. Só isso explica o incitamento à violência, as bravatas e os palavrões da jararaca. Lula está desestabilizado por uma razão muito simples: a mentira se escancarou, a punição se aproxima, a estrela apagou.

A sociedade precisa estar atenta. Vivemos um momento perigoso. Os assaltantes do dinheiro público e os estrategistas do projeto de perpetuação do poder, fortemente

atingidos pela solidez das nossas instituições democráticas, não soltarão o osso com facilidade. Farão o diabo para não perder a boquinha. O País está radicalizado graças à luta de classes tupiniquim do “nós contra eles”. Há riscos no horizonte. Mas precisamos acreditar no Brasil e na capacidade de recuperação da nossa economia. A sociedade amadureceu. O exercício da cidadania rompeu as amarras dos marqueteiros da mentira. A imprensa, o velho e bom jornalismo, está mostrando sua relevância para a sobrevivência da democracia e das liberdades.

Graças ao papel histórico da imprensa e à legítima pressão da sociedade, o Brasil não será o mesmo. Impõe-se, para isso, que a sociedade, sobretudo a juventude, se vista de verde-e-amarelo e, saindo às ruas e praças deste Brasil democrático, alegre e tolerante, dê um basta às tentativas, claras e despudoradas, de inauguração do maior bordel político da nossa História. E, ao mesmo tempo, exija mudanças legais profundas que sejam capazes de expurgar a corrupção institucional que tanto nos envergonha. Chegou a hora do Brasil.

ANEXO J – OLIVEIRA, A. Impeachment à luz da lei. Jornal do Tocantins, 28 de abril de 2016

Essa história de “não vai ter golpe” não passa de conversa fiada, que não convence mais ninguém. Impeachment é um processo amplamente democrático, previsto na Constituição, como vêm repetindo os próprios ministros do Supremo Tribunal Federal, guardião maior da Carta Magna. Na letra da lei, preto no branco, a presidente cometeu, sim, crimes de responsabilidade. E o remédio constitucional para esse tipo de crime é um só: o impeachment.

Eu poderia citar a autorização para a compra desastrosa da refinaria de Pasadena, a imperdoável omissão diante da corrupção escandalosa na Petrobras, a condução irresponsável da economia, que levou a uma dívida pública histórica de mais de R\$ 4 trilhões, o dinheiro sujo usado na campanha presidencial, a tentativa de obstrução da Justiça com a interferência nos tribunais superiores e por aí vai. Mas vou me ater aos dois crimes admitidos pela Câmara Federal: a abertura de créditos suplementares sem autorização legal e as pedaladas fiscais, ou seja, os empréstimos contraídos junto a bancos estatais para maquiar as contas públicas.

Créditos suplementares são recursos extras que precisam ser autorizados pelo Congresso e que somente podem ser abertos se não comprometerem a meta fiscal

prevista na lei orçamentária. Além de não ter pedido autorização legal para os créditos suplementares, o governo já tinha estourado em muito a meta fiscal. O compromisso inicial era economizar R\$ 66,3 bilhões em 2015. Mas esse superávit primário acabou se transformando num déficit de R\$ 111,2 bilhões. Mesmo ciente de que não faria a economia prometida, a presidente editou, em 2015, já no atual mandato, seis decretos de créditos suplementares sem autorização legal.

Os governistas podem espernear o quanto quiserem. Os decretos constituem, sim, crime de responsabilidade. A Constituição é clara: em seu art. 167, inciso V, ela veda “a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes”. A Lei 1.079 de 1950 também não deixa dúvida, em seu art.10, itens IV e VI, que são crimes de responsabilidade contra a Lei Orçamentária “infringir patentemente e de qualquer modo dispositivo da Lei Orçamentária” e “ordenar ou autorizar a abertura de créditos em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na Lei Orçamentária ou crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal”. O art. 11, item II da mesma lei, corrobora a tese de crime de responsabilidade da presidente Dilma, ao afirmar que “abrir créditos sem fundamento em lei ou sem as formalidades legais” é crime “contra a guarda ilegal e empregos dos dinheiros públicos”.

As pedaladas fiscais, por sua vez, ferem abertamente a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei 101 de 2000 –, que proíbe expressamente “operação de crédito entre instituição financeira estatal e o ente da federação que a controle na qualidade de beneficiário do empréstimo”. Mais: pelo art. 11, item III da Lei 1.079 de 1950, é crime de responsabilidade “contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou efetuar operação de crédito sem autorização legal”.

Sem dinheiro em caixa e sem autorização legal, o governo atrasou o repasse de dinheiro para que bancos públicos pudessem pagar despesas de responsabilidade da União. Caixa Econômica e Banco do Brasil bancaram os programas com recursos próprios. Na prática, o que o governo fez foi tomar recursos emprestados dessas instituições, para camuflar o rombo real das contas públicas.

Detalhe: boa parte dos mais de R\$ 40 bilhões pedalados foram destinados à equalização de taxas agrícolas e a subsídios concedidos pelo BNDES, ou seja, ao “Bolsa-Empresário” e ao “Bolsa-Latifundiário”. É importante frisar que a maquiagem

fiscal não aconteceu apenas em 2014. A presidente Dilma continuou a “pedalar” em 2015, no atual mandato. As manobras para que o Banco do Brasil pagasse o “Bolsa Latifundiário” estão comprovadas. Outras já foram descobertas pelo Ministério Público e, certamente também, serão objetos de investigação.

Preto no branco, não faltam argumentos jurídicos para o impeachment da presidente Dilma. Ao governo, todavia, só resta o mantra do “não vai ter golpe”.